



1º EDITAL ALTERADO E CONSOLIDADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14.011/2025
Regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posteriores alterações, pelo Decreto Municipal nº 4.829 de 02 de janeiro de 2024, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

PREÂMBULO

O Agente de Contratação Oficial da Prefeitura de Maracanaú torna público para conhecimento de todos os interessados que às **09:00 horas (Horário de Brasília) do dia 07 de maio de 2025**, através do endereço eletrônico www.bll.org.br – “**Acesso Identificado no link – licitações públicas**”, em sessão pública por meio de comunicação via internet, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura das Propostas de Preços, formalização de lances e documentos de habilitação da licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14.011/2025**, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e posteriores alterações, pelo Decreto Municipal nº 4.829, de 02 de janeiro de 2024, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e legislação complementar em vigor.

Objeto:	Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de medicamentos gerais, de interesse da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde-Administração Central e Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda do Município de Maracanaú-Ce, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital.
Órgãos interessados:	Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda e Secretaria de Saúde do Município de Maracanaú-Ce.
Órgão gerenciador:	Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda.
Critério de Julgamento:	Menor preço por lote.
Espécie:	Pregão Eletrônico.
Endereço Eletrônico:	www.bll.org.br – Acesso Identificado no link – licitações públicas.
Cadastramento das Propostas:	Início: 23 de abril de 2025, às 10:00 horas (Horário de Brasília). Término: 07 de maio de 2025, às 08:00 horas (Horário de Brasília).
Abertura das Propostas:	Início: 07 de maio de 2025, às 09:00 horas (Horário de Brasília).
Sessão de disputa de Lances:	Início: 12 de maio de 2025, às 10:00 horas (Horário de Brasília).
Modo de Disputa:	ABERTO.

Compõem-se o presente Edital das partes A e B, conforme a seguir apresentadas:

PARTE A – Condições para competição, julgamento e adjudicação.

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

PARTE B – ANEXOS:

Anexo I – Termo de Referência do Objeto;

Anexo II – Modelo de Proposta Final Consolidada;

Anexo III – Modelo de Declarações;

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo V – Minuta do Termo de Contrato.

1. DO OBJETO

1.1-A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de medicamentos gerais, de interesse da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde-Administração Central e Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda do Município de Maracanaú-Ce, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital.



2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO NA PRESENTE LICITAÇÃO

2.1- Poderão participar da presente licitação empresa pessoa jurídica localizada em qualquer Unidade da Federação, cadastrada ou não na Prefeitura Municipal de Maracanaú, que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira e pertinência de seu objetivo social com o objeto da licitação.

2.2-CADASTRAMENTO NA PREFEITURA DE MARACANAÚ: O cadastramento junto à Prefeitura de Maracanaú (inscrição no CRC) a que se refere o subitem anterior deverá ser providenciado pelo interessado diretamente na sede da Secretaria de Gestão, Orçamento e Finanças do Município de Maracanaú-SEFIN, situada à Avenida Durval Tomáz de Souza, 150, Centro Administrativo – Conjunto Jereissati I – CEP 61.905-430 – Maracanaú-Ceará, apresentando a documentação exigida, para cadastramento ou revalidação/atualização de documentos, a qualquer tempo. Sendo que a emissão do respectivo CRC obedecerá aos prazos estipulados pela Administração.

2.3- Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns. Caso constatada a comunhão de sócios, cooperados, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura das propostas, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

2.4- Não poderão participar da presente licitação os interessados:

a) que se encontrem em processo de falência ou recuperação judicial, exceto, se apresentar sentença homologatória do plano de recuperação judicial constando que a empresa está apta a participar de licitações públicas;

b) que se encontrem em processo de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação;

c) que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Prefeitura de Maracanaú-CE;

d) que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

e) que se apresentem constituídos na forma de empresas em consórcio;

f) que não tenham providenciado o credenciamento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil;

g) as pessoas enumeradas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de materiais a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de materiais a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

h) empresa, isoladamente ou em consórcio, serão respeitadas as mesmas regras de impedimento previstas na alínea acima;

i) não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5- Por ocasião da participação neste certame, será assegurado às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação aquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias, nos termos da Lei Complementar



Federal nº 123/2006, independente de qualquer transcrição.

2.6-Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme sequência abaixo:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos materiais e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no caput deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1-Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate do subitem anterior.

2.7-Para participação na presente licitação todo interessado deverá proceder a prévio credenciamento junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

2.8-Para acessar o sistema eletrônico, os interessados deverão estar credenciados junto à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, e o envio das Propostas comerciais se darão diretamente pela empresa licitante através de pessoa devidamente habilitada ou através de uma das corretoras que operem na BLL.

2.9-As pessoas jurídicas deverão estar credenciadas na plataforma de disputas.

2.9.1-É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura de Maracanaú-CE ou à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do seu uso indevido, ainda que por terceiros.

2.9.2-O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal no sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

2.9.3-O Edital permitirá ou não a participação de empresas em consórcio, devendo ser observadas as seguintes normas:

2.9.3.1-Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será representante das consorciadas perante a Administração;

2.9.3.2-Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

2.9.3.3-A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

2.9.3.4-Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital e quanto ao capital social exigido, deverá ser comprovado pelo somatório dos capitais das empresas consorciadas, na proporção de sua respectiva participação.

2.9.3.5-O capital do consórcio será calculado da seguinte forma:

a) Cada percentual de participação será multiplicado pelo capital social mínimo;

b) Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos capitais de cada um dos membros do consórcio, que deverão, individualmente, comprovar capital maior ou igual ao valor obtido no subitem 2.9.3.4.

2.9.3.6-As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;



2.9.3.7-As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

2.9.3.8-No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a empresa brasileira, observado o disposto no item 2.9.3.1;

2.9.3.9-Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio.

3. DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO

3.1-O presente procedimento de licitação seguirá o seguinte trâmite em fases distintas:

3.1.1-Credenciamento dos licitantes via sistema;

3.1.2-Recebimento das "Propostas" via sistema;

3.1.3-Abertura das Propostas apresentadas, verificação e classificação inicial;

3.1.4-Lances;

3.1.5-Recebimento de Certificados de Registro-ANVISA, conforme subitens 4.1 e 8.3 do Anexo I do edital - Termo de Referência, para o(s) licitante(s) classificado(s) em 1º lugar;

3.1.5.1-Os Certificados de Registro-ANVISA, deverão ser anexados no sistema BLL, após a fase de lances em "documentos complementares";

3.1.6-Habilitação do(s) licitante(s) classificado(s), após análise dos Certificados de Registro-ANVISA;

3.1.7-Recursos;

3.1.8-Adjudicação;

3.1.9-Homologação.

4. DO CREDENCIAMENTO E DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS

4.1-Cada licitante deverá se credenciar e apresentar todos os documentos exigidos por meio do sistema eletrônico, sendo:

4.1.1-Credenciar-se no sistema, de suporte ao certame, da BLL.

4.1.2-Remeter no prazo estabelecido, via sistema, os documentos de habilitação e proposta de preços.

4.2-Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à proposta de preços, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.2.1-Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

4.3-Nos documentos de habilitação apresentados neste processo, quando não consignado o respectivo prazo de vigência em seu bojo, o prazo de vigência será aceito pelo Agente de Contratação como sendo de 60 (sessenta) dias da data expedição, salvo determinação legal específica em contrário.

4.4-Os documentos apresentados, deverão conter todas as informações de seu bojo legíveis e inteligíveis, sob pena de os mesmos serem desconsiderados.

4.5-O Agente de Contratação poderá também solicitar documentos complementares, para fim de verificação, sendo a empresa obrigada apresentar, no prazo estipulado pelo Agente de Contratação, que será de 01 (um) dia útil contado a partir da solicitação, sob pena de não o fazendo, ser desclassificada ou inabilitada, exceto em caso de diligência. (art. 38 § 2º).

4.6-No momento do cadastro da Proposta Eletrônica, a licitante também registrará em campo próprio da plataforma da BLL a sua condição, conforme abaixo:

4.6.1-O licitante/fornecedor enquadrado como MEI/ME/EPP deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7-A falsidade das DECLARAÇÕES prestadas pelo LICITANTE caracteriza crime previsto no art. 299 do Código Penal, sujeitando-o ainda às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste edital.

5. DA PROPOSTA

5.1-O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



- 5.1.1-Os valores unitário e total/global em algarismos do lote cotado;
5.1.2-Marca/laboratório/fabricante.

5.2-O cadastramento de Proposta Eletrônica pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas Propostas e lances.

5.3-Os preços constantes da Proposta Eletrônica do licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos, e deverão ser cotados em moeda corrente nacional.

5.3.1-Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do objeto cotado.

5.3.2-Nos preços já deverão estar incluídas as remunerações, os encargos sociais, tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, validade, custos e demais despesas que possam incidir sobre a contratação licitada, inclusive a margem de lucro, não cabendo nenhum outro ônus que não o valor estipulado na referida Proposta.

5.3.3-Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

5.3.4-Os preços a serem cotados deverão levar em conta os preços estimados para a contratação, insertos no Termo de Referência, que serão considerados preços máximos para efeito de contratação. Não serão adjudicadas e homologadas Propostas com valor superior aos preços máximos estimados para a contratação.

5.3.5-Na análise das Propostas o Agente de Contratação observará o preço por lote/item conforme o caso. Assim, as Propostas deverão apresentar o valor global do lote/item ofertado.

5.4-O prazo de validade da Proposta não pode ser inferior a 90 (noventa) dias consecutivos da sessão de abertura desta licitação, conforme art. 90, § 3º da Lei nº 14.133, de 2021. Caso a licitante não informe em sua Proposta o prazo de validade, será considerado aquele definido neste Edital.

5.5-O cadastramento da Proposta Eletrônica implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação do lote e as condições de participação, competição, julgamento, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste edital.

5.6-Somente serão aceitas Propostas cadastradas no sistema, não sendo admitido o recebimento pelo Agente de Contratação por outro meio.

5.7-O Agente de Contratação a qualquer tempo, poderá solicitar amostra/demonstração do objeto desta licitação para melhor avaliação, ficando o licitante obrigado, sob pena de desclassificação, a apresentar tal amostra/demonstração, no prazo definido pelo Agente de Contratação, contados a partir da intimação.

5.8-O Agente de Contratação não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU nº 2131/2016 – Plenário).

5.9-As Microempresas, e Empresas de Pequeno Porte terão, eletronicamente, o tratamento diferenciado para desempate de lances, conforme preceitua a Lei Federal nº 123/2006, desde que declarem a respectiva condição, também eletronicamente, no site www.bll.org.br antes de postarem a sua proposta inicial.

5.9.1-O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.10-Encerrada a fase de lances e/ou negociação, havendo ou não mudança do preço inicial, depois de declarado aceito o preço proposto, o licitante vencedor deverá encaminhar Proposta Final Consolidada, em **arquivo PDF**, elaborada em formulário específico, conforme o Anexo II deste instrumento, no prazo máximo de 3 (três) horas, podendo ser prorrogado, com as devidas justificativas, a critério do Agente de Contratação, através de "**documentos complementares**", sob pena de desclassificação.

5.10.1-A proposta final consolidada deverá ser apresentada em língua portuguesa, com a identificação



da licitante, sem emendas ou rasuras, datada e assinada pelo representante legal da empresa, contendo os seguintes dados:

- a) Dados bancários da licitante: Banco, Agência e Conta-Corrente;
- b) Nome do proponente, endereço, telefone, e-mail, identificação (nome pessoa física ou jurídica), aposição do carimbo (substituível pelo papel timbrado) com o nº do CNPJ ou CPF;
- c) Relação dos dados da pessoa indicada para assinatura do contrato, constando o nome, CPF, RG, nacionalidade, naturalidade, estado civil, profissão, endereço completo, incluindo cidade e UF, cargo e função na empresa, bem como cópia do documento que dá poderes para assinar contratos em nome da empresa. Obrigatório para a licitante vencedora da licitação;
- d) A modalidade e o número da licitação;
- e) Endereçamento ao Agente de Contratação da Prefeitura de Maracanaú;
- f) Prazo de entrega: 10 (dez) dias, conforme subitem 5.1.2 do Anexo I do edital - Termo de Referência;
- g) Prazo de validade da proposta: não inferior a 90 (noventa) dias, conforme subitem 8.1 do Anexo I do edital - Termo de Referência;
- h) O lote cotado, no quantitativo licitado, segundo a unidade de medida consignada no edital, contendo a respectiva marca/laboratório/fabricante;
- i) Os valores unitário e total/global em algarismos de cada lote cotado, bem como o valor total/global da Proposta por extenso;
- j) Declaração da licitante de que nos preços oferecidos, estão incluídas todas as despesas incidentes sobre a execução do fornecimento referente a frete, tributos, impostos, taxas, encargos, deslocamento de pessoal, validade e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto cotado, inclusive a margem de lucro;
- k) Declaração da licitante que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- l) Deverá fazer parte integrante da Proposta (**quando for o caso**), relatório de Detalhamento da Composição de Custos diretos e indiretos e de formação de preços em relação aos componentes que implicam na formação do preço final, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DOS CERTIFICADOS DE REGISTRO ANVISA

6.1- Após a fase de lances, o Agente de Contratação registrará no Chat da BLL, a data limite para envio do Certificado de Registro do Produto cotado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro de Isenção dos itens cotados dentro do prazo de validade, ou o número do protocolo do requerimento de revalidação com data antecedente a 06 (seis) meses da data do vencimento do registro, constando todas as informações necessárias para avaliação técnica de acordo com o descritivo solicitado, que será de 01 (um) dia útil, excluído o dia de encerramento da etapa de lances da sessão pública, para o(s) licitante(s) classificado(s) em 1º lugar, os quais deverão ser anexados por meio de funcionalidade disponível no sistema da BLL (Documentos Complementares), sob pena de desclassificação.

6.1.1- Considerar-se-á DESCLASSIFICADA a empresa, que tiver o Certificado de Registro do produto cotado na Agência de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro da Isenção do produto cotado REPROVADO ou que NÃO APRESENTÁ-LO, ocasião em que o Agente de Contratação não levará em conta o preço eventualmente proposto pela licitante àquele item/lote, chamando o segundo colocado para apresentá-lo; e assim sucessivamente.

6.1.2- O Certificado de Registro do produto cotado na Agência de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro da Isenção dos produtos cotados acima citados, serão analisados pelo Sr. DIEGO VALENTIM DAMASCENO, Gerente do Núcleo de Farmácia, do HMJEH-Órgão Gerenciador, o qual emitirá laudo e remeterá à Comissão de Pregões.

6.1.3- Não haverá prorrogação do prazo para apresentação do Certificado de Registro do produto cotado na Agência de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro da Isenção do produto cotado.

6.1.4- Divulgados os laudos sobre a análise dos documentos apresentados, o Agente de Contratação retomará os trabalhos.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1- Os INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS NA PREFEITURA DE MARACANAÚ, na forma dos arts. 66 a 69 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, alterada e consolidada, habilitar-se-ão a presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (**subitens 7.3 a 7.7**), os quais serão analisados pelo Agente de Contratação quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.



7.2- Os documentos relativos aos requisitos de Habilitação, compreendidos nesse item deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, **em arquivo PDF**, através de "**Documentos de Habilitação**", onde será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor no prazo máximo de 02 (duas) horas após a etapa de lances de acordo com o art. 63 inciso II da Lei Federal 14.133/21.

7.2.1- Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.2.2- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, disponível em: portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consultacadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc.

7.2.3- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

7.2.4- Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens anteriores acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://portal.tcu.gov.br/>).

7.3-RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.3.1-REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

7.3.1.1-MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL **microempreendedor individual – MEI**: Em se tratando de Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

7.3.2-ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

7.3.3-INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas – no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

7.3.4-DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3.5-DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO do sócio-gerente, diretor, titular ou qualquer outro representante da licitante com poderes para tanto, na forma da lei.

7.3.6-CERTIDÃO ESPECÍFICA DOS ATOS REGISTRADOS expedida pela Junta Comercial, ou quaisquer outros documentos que comprovem as modificações societárias emitidas em datas não superior a 60 (sessenta) dias da data marcada para abertura da presente licitação, visando a comprovação da atual situação da licitante.

7.4-RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.4.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.4.2- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.4.3- Certidão Conjunta Negativa de Débito quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN);

7.4.4- Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual de seu domicílio;

7.4.5- Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal de seu domicílio (Geral ou ISS);

7.4.6- Certidão Negativa de Débitos junto ao FGTS;

7.4.7- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas perante a Justiça do Trabalho, emitida na forma da Lei nº 12.440/2011.

7.5-RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.5.1- Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais respeitando a data limite de apresentação prevista em lei, considerando a abertura do certame, acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas, quando houver, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrado na competente Junta Comercial, e assinado por



contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.5.1.1-No caso de empresa constituída no exercício social vigente, a mesma deverá apresentar o Balanço de Abertura ou Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais Demonstrações Contábeis referentes ao período de existência da empresa, ou seja, Balanço Intermediário.

a) A exigência no subitem 7.5.1 deste edital limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

7.5.1.2-No caso de sociedade por ações, o balanço deverá ser acompanhado da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, acompanhado do registro na Junta Comercial.

7.5.1.3-No caso de sociedade simples, o balanço patrimonial deverá ser inscrito no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, assinado por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da instituição.

7.5.2-Quando apresentado Balanço Patrimonial na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, deverá estar acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – INRFB.

7.5.3-Certidão Negativa de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.5.4-Prova de capital social ou patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.5.4.1-Na hipótese de alteração do capital social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do capital social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Entidade em que o Balanço foi arquivado.

7.6-DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.6.1-O licitante deverá apresentar pelo menos 01 (uma) declaração ou 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando que a empresa executou fornecimento dos produtos compatíveis em características, prazos e quantidades, com o item ao qual está concorrendo;

7.6.1.1-Os atestados, certidões ou declarações, contendo a identificação do signatário, deverão ser apresentados em papel timbrado da pessoa jurídica e devem indicar as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação;

7.6.1.2-Visando confirmar a veracidade das informações constantes do atestado, o Agente de Contratação poderá realizar diligência requisitando documentos originais e/ou complementares destinados à instrução do processo.

7.6.2-Apresentação do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual ou Municipal da SEDE ou do DOMICILIO DO LICITANTE, para exercer as atividades de comercialização dos produtos que podem ocasionar danos à saúde, dentro do prazo de validade, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, em nome da licitante.

7.7-DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

7.7.1-Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

7.7.2-Declaração expressa de integral concordância com os termos deste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme modelo constante dos anexos deste edital;

7.7.3-Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos anexos deste edital;

7.7.4-Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.7.5-Declaração de inexistência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe



função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7.7.6-As declarações descritas acima poderão ser apresentadas em uma única lauda ficando a critério da licitante decidir por tal modelo.

7.8-No caso de **LICITANTES DEVIDAMENTE CADASTRADOS NA PREFEITURA DE MARACANAÚ**, a documentação mencionada nos subitens **7.3 a 7.5** poderá ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) junto à Prefeitura de Maracanaú, assegurado, neste caso, aos demais licitantes, o direito de acesso aos dados nele constantes, o qual deverá ser enviado acompanhado dos documentos tratados nos subitens **7.6 a 7.7** do edital, cuja autenticidade e prazo de validade serão analisados pelo Agente de Contratação.

7.8.1-A documentação constante do Cadastro de Fornecedores da Prefeitura de Maracanaú deverá também se encontrar dentro do prazo de validade e atender ao disposto neste edital.

7.8.2-Para a habilitação jurídica, o licitante deverá, nos documentos exigidos neste instrumento, demonstrar a compatibilidade dos seus objetivos sociais com o objeto da licitação.

7.9-Para facilitar a análise da documentação pelo Agente de Contratação, é importante que o licitante convocado além de apresentar toda a documentação exigida no edital, que o mesmo seja apresentado na mesma ordem de organização estabelecida no instrumento convocatório.

7.10-Será Inabilitado o licitante que não atender as exigências deste edital referente a fase de habilitação, bem como apresentar, os documentos defeituosos em seus conteúdos e formas.

8. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1-O Pregão será do tipo Eletrônico o qual será realizado em sessão pública por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

8.1.1-O Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil é certificado digitalmente por autoridade certificadora no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras-ICP Brasil.

8.1.2-Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura de Maracanaú/CE, designado como Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações públicas” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<http://www.bll.org.br>).

8.1.3-O licitante poderá enviar as informações da proposta comercial eletrônica e participar das disputas através do sistema eletrônico diretamente ou por intermédio de uma das corretoras que operem junto à Bolsa. Caso utilize corretora(s), caberá a licitante o acerto quanto a eventuais pagamentos pelo serviço.

8.2-A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante direto ou do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços e seus anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico observado as condições e limites de data e horário estabelecidos.

8.3-ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CLASSIFICAÇÃO: A partir do horário estabelecido no preâmbulo deste Edital, terá início a sessão do Pregão Eletrônico, com a abertura e divulgação dos preços das Propostas Eletrônicas recebidas, passando o Agente de Contratação a avaliar sua aceitabilidade.

8.3.1-Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

8.3.2-Até o término do cadastramento das propostas eletrônicas os PROPONENTES poderão retirar ou substituir as Propostas apresentadas.

8.3.3-Depois de encerrado o prazo para cadastramento das Propostas Eletrônicas, não mais será permitido o envio de qualquer adendo ou complementação, exceto o disposto no subitem 5.9 neste instrumento.

8.4-CLASSIFICAÇÃO INICIAL: Abertas as Propostas Eletrônicas o Agente de Contratação verificará a conformidade das mesmas, desclassificando aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.4.1-A desclassificação de qualquer Proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, para acompanhamento, em tempo real, de todos os PROPONENTES.

8.4.2-O sistema fará, automaticamente, a ordenação das Propostas Eletrônicas classificadas pelo



Agente de Contratação, em ordem decrescente de valor, e somente estas estarão aptas a participar da fase de lances.

8.5-LANCES SUCESSIVOS: Classificadas as propostas eletrônicas e, no prazo estabelecido para a sessão de disputa, o Agente de Contratação dará início a fase competitiva, quando então os PROPONENTES poderão encaminhar lances decrescentes, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

8.5.1-Aberta a etapa competitiva, os representantes dos PROPONENTES deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. É de inteira responsabilidade do licitante se manter conectado ao sistema e acompanhar a fase competitiva.

8.5.2-A cada lance ofertado, o PROPONENTE será imediatamente informado de seu recebimento e do respectivo horário de registro e valor.

8.5.3-Quando se tratar de Pregão com mais de um lote, os lances serão ofertados lote a lote.

8.5.4-O PROPONENTE somente poderá oferecer lance inferior ao seu último lance anteriormente registrado pelo sistema.

8.5.5-Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.5.6-Durante a sessão pública, os PROPONENTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais PROPONENTES.

8.5.7-Os lances deverão ser ofertados considerando o valor total/global do lote. Serão consideradas somente 02 (duas) casas decimais dos centavos, desprezando-se as demais.

8.5.8-Quando o preço total/global do lote ofertado resultar, em qualquer item, em um valor unitário que possua mais de 2 (duas) casas decimais, deve se considerar apenas as 2 (duas) primeiras casas decimais (centavos), devendo o Agente de Contratação e o licitante vencedor proceder às adequações de preços necessárias, inclusive por ocasião do envio da proposta ajustada.

8.5.9-A etapa de lances será em modo de disputa ABERTO conforme inciso I do art. 56, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.5.10-Depois o encerramento da etapa de lances, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao PROPONENTE que tiver apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais PROPONENTES.

8.5.11-O sistema informará a proposta de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Agente de Contratação acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.5.12-Declarada encerrada a etapa competitiva, com ou sem lances sucessivos, e realizada a classificação final das propostas, o Agente de Contratação examinará a aceitabilidade do primeiro classificado, especialmente quanto à conformidade entre a proposta/oferta de menor preço e o valor estimado para a contratação constante da planilha anexa ao Projeto Básico e a sua conformidade, decidindo motivadamente a respeito.

8.5.13-Tratando-se de preço inexequível o Agente de Contratação poderá determinar ao licitante que comprove a exequibilidade de sua proposta, em prazo a ser fixado, sob pena de desclassificação.

8.5.13.1-Considera-se que poderá haver indício de inexequibilidade quando o percentual de redução do valor da proposta, por exemplo, for superior a 30% (trinta por cento) do valor estimado pelo município.

8.5.13.1.1-Em caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, na forma do § 4º, inciso III do art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.5.13.2-Considera-se manifestamente inexequível a proposta de preços que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, resulte preço global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e as tarifas de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido preços mínimos.

8.5.14-Ocorrendo a hipótese tratada no subitem anterior, o Agente de Contratação poderá solicitar o envio dos documentos complementares do licitante primeiro classificado "sob condição", considerando o disposto no subitem anterior.

8.5.14.1-Havendo dúvidas quanto à exequibilidade da proposta, mesmo aquela não enquadrada na situação prevista nos subitens 8.5.13.1 e/ou 8.5.13.1.1, poderá ser instaurada diligência para demonstração de sua exequibilidade.

8.5.14.2-Para demonstrar a exequibilidade de sua proposta, o licitante deverá apresentar justificativas e documentos que demonstrem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com os custos e despesas necessários à completa execução do objeto contratual tais como, nota fiscal de venda/compra e/ou



serviços, ou orçamento formalizado com a indicação do subscritor indicando seu cargo, telefones e e-mail de contato para possíveis diligências (ambos com data de emissão não superior a seis meses até a data do lance do certame, sendo vedado documentos com emissões posteriores), acrescido ainda, de planilha de composição de custos acerca dos valores ofertados, quando for o caso.

8.5.14.3-Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 2º, inciso III do art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.5.14.4-O prazo para o licitante responder ao diligenciamento mencionado no item anterior relativo à demonstração da exequibilidade da proposta será de 1 (um) dia útil, podendo ser estendido a critério do Agente de Contratação, ou quando solicitado pelo licitante durante o respectivo transcurso do prazo concedido originalmente, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Agente de Contratação.

8.5.14.5-No caso de não haver resposta no prazo especificado no subitem anterior ou se a resposta não trazer as demonstrações de exequibilidade da proposta, ainda que realizada dentro do prazo, sujeitará o licitante à desclassificação.

8.5.15-O lance ofertado depois de proferido será irretratável, não podendo haver desistência, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

8.5.16-Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1.455/2018 – TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.5.17-Considerar-se-ão preços manifestamente inexequíveis aqueles que forem simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis com os preços de mercado acrescido dos respectivos encargos.

8.5.18-Não serão adjudicadas e homologadas propostas com preços superiores aos valores estimados para a contratação constante da planilha anexa ao Projeto Básico.

8.5.19-Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Central de Coleta e Auditoria de Preços-CCAP, responsável pela elaboração e emissão da referida planilha.

8.5.20-Na hipótese de desclassificação do licitante que tiver apresentado a oferta com menor valor, o Agente de Contratação deverá negociar diretamente com o classificado subsequente para que seja obtida melhor oferta que a sua proposta anteriormente oferecida a fim de conseguir menor preço, caso não comprovada a compatibilidade do licitante anteriormente classificado.

8.6-HABILITAÇÃO DO LICITANTE CLASSIFICADO: Existindo proposta classificada aceitável, o Agente de Contratação verificará os “Documentos de Habilitação” do licitante que apresentou a melhor proposta, para confirmação das suas condições habilitatórias, determinadas no item 7.

8.6.1-Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 7 (Documentos de Habilitação), ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste edital, com irregularidades ou inválidos, serão considerados inabilitados, não se admitindo complementação posterior.

8.6.2-Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado e homologado o objeto da licitação, pelo Secretário Gestor, caso não haja intenção de interposição de recurso por qualquer dos demais licitantes.

8.6.3-Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a oferta subsequente, permitida negociação – subitem 8.5.12 do edital, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação da habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma Proposta que atenda integralmente ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado e homologado o objeto do certame.

8.6.4-O Agente de Contratação terá a prerrogativa de decidir se o exame dos “documentos de habilitação” se dará ao final da etapa competitiva de cada lote ou ao final do julgamento de todos os lotes.

8.6.5-Quando todos os licitantes forem inabilitados ou desclassificados o Agente de Contratação poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação escoimada das causas que deram causa à inabilitação ou desclassificação.

8.7-RECURSOS: Ao final da sessão, depois de declarado o(s) licitante(s) vencedor(es) do certame, será aberta a opção para interposição de recursos, pelo prazo de 15 (quinze) minutos, oportunidade em que qualquer licitante poderá manifestar, imediatamente, a intenção de interpor recurso, com registro da síntese das suas razões em campo próprio do sistema, facultando-lhe juntar memoriais caso a manifestação não seja autoexplicativa, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em prazo sucessivo também de 3 (três) dias úteis (que começará a correr do término do prazo da recorrente), sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, de acordo com o inciso I, § 1º do art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.



8.7.1-A falta de manifestação imediata do licitante em recorrer, ao final da sessão do Pregão, importará a preclusão do direito de recurso e a adjudicação e homologação do objeto da licitação pelo Secretário Gestor ao licitante vencedor.

8.7.2-O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.7.3-Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.7.4-Os memoriais (razões de recurso) deverão ser anexados no sistema BLL.

8.7.5-Os memoriais deverão estar devidamente assinados por representante legalmente habilitado. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

8.7.6-O recurso será dirigido ao(s) Secretário(s) Gestor(es), por intermédio do Agente de Contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento do recurso pelo(s) Secretário(s) Gestor(es).

8.7.7-Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios.

8.7.8-O recurso e/ou pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.7.9-O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.7.10-Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(s) Secretário(s) Gestor(es) adjudicará(ão) a(s) Proposta(s) vencedora(s) e procederá(ão) a homologação do processo, para determinar a contratação.

8.7.11-Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de Maracanaú.

8.8-ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as Propostas escritas e lances verbais sucessivos, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma obrigatoriamente assinada, ao final, pelo Agente de Contratação.

8.8.1-Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja compatível com os preços de mercado previstos para a contratação, será feita pelo Agente de Contratação o envio do Relatório Vencedores do Processo Final declarando vencedora do certame e encerrada a reunião, após o que, o processo, devidamente instruído, será encaminhado:

a) à Procuradoria Geral do Município, para fins de análise e parecer;

b) e depois ao Órgão Gestor para adjudicação, homologação e subsequente formalização da Ata de Registro de Preços.

8.9-SUSPENSÃO DA SESSÃO: Ao Agente de Contratação é facultado, a qualquer momento, suspender a sessão mediante motivo devidamente justificado e marcar seu prosseguimento para outra ocasião, fazendo constar esta decisão no sistema eletrônico.

8.9.1-O Agente de Contratação poderá a qualquer tempo, analisar as Propostas e seus anexos, os documentos de habilitação ou outros documentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realização de diligência a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

8.9.2-O Agente de Contratação poderá determinar prazo para diligências, a depender da complexidade do tema, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa nos autos.

8.9.3-No caso de desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos PROPONENTES, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa, e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato aos participantes, através de mensagem eletrônica (Chat) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

8.10-DAS CONDIÇÕES GERAIS: No julgamento das Propostas/ofertas será declarada vencedora a Licitante que, tendo atendido a todas as exigências deste edital, apresentar **menor preço por lote**, cujo objeto do certame a ela será adjudicado e homologado.

8.10.1-Não serão consideradas ofertas ou vantagens não previstas neste edital.

8.10.2-A intimação dos atos proferidos pela Administração – Agente de Contratação ou Secretário(s) - será feita por meio de divulgação na INTERNET, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa



de Licitações e Leilões do Brasil no "chat" de mensagem e mediante afixação de cópia do extrato resumido ou da íntegra do ato no flanelógrafo da Comissão de Pregões da Prefeitura de Maracanaú, conforme disposto no art. 130 da Lei Orgânica do Município.

9. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

9.1-As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no vigente Orçamento Municipal, inerentes ao(s) Órgão(s) Gestor(es).

10. CONSULTA, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, IMPUGNAÇÃO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

10.1-Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das Propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.

10.1.1-Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração a pessoa que não o fizer dentro do prazo fixado neste subitem, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10.1.2-A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

10.2-Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição encaminhada eletronicamente pelo "chat" da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (<http://www.bll.org.br>), que preencham os seguintes requisitos:

10.2.1-o endereçamento ao Agente de Contratação da Prefeitura de Maracanaú;

10.2.2-a identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada e assinada, dentro do prazo editalício;

10.2.3-o fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

10.2.4-o pedido, com suas especificações.

10.3-Caberá a Unidade Gestora/Gerenciadora decidir sobre a petição no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido/impugnação.

10.4-A resposta do Município de Maracanaú-CE será disponibilizada a todos os interessados na Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL e, mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no flanelógrafo da Comissão de Pregões da Prefeitura de Maracanaú, conforme disposto no art. 130 da Lei Orgânica do Município e constituirá aditamento a estas Instruções.

10.5-O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

10.6-Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame respeitando o prazo original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.

10.6.1-Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas.

10.7-DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento licitatório, o Agente de Contratação ou a autoridade superior ou servidor por ele delegado, poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Proposta, fixando o prazo para a resposta.

10.7.1-Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação ou autoridade superior ou servidor por ele delegado, sob pena de desclassificação/inabilitação.

10.8-REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO: O Município de Maracanaú-CE poderá revogar ou anular esta licitação, em qualquer etapa do processo.

11. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO

11.1-As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, subscrita pelo Município, através do(s) Órgão(s) Gestor(es), representada(s)



pelo(s) Ordenador(es) de Despesa, e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos do Decreto Municipal nº 4.829 de 02 de janeiro de 2024 e da Lei nº 14.133, de 2021, deste edital e demais normas pertinentes.

11.1.1- Integra o presente instrumento (ANEXO IV) o modelo da Ata de Registro de Preços a ser celebrada, e quando for o caso modelo de Termo Contratual (ANEXO V).

11.1.2- Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços – anexa a este edital.

11.1.3- A Ata de Registro de Preços será assinada pelo Órgão Gerenciador do registro de preços, pelos órgãos gestores que compõem o credenciamento e fornecedores legalmente credenciados e identificados.

11.1.4- Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

11.1.5- São órgãos participantes o órgão ou entidade da Administração Pública que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a Ata de Registro de Preços.

11.1.6- Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador para conceder autorização ou não da adesão.

11.2- A Adesão a Ata de Registro de Preços poderá ser realizada desde que comprovada a vantajosidade da adesão.

11.2.1- As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem 11.1.6 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

11.2.2- O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.3- Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:

- a) os preços e quantitativos dos licitantes mais bem classificados na etapa competitiva;
- b) os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os medicamentos ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado (para efeito de cadastro reserva).

11.4- Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Maracanaú – CE convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

11.4.1- O licitante vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo Município de Maracanaú-CE.

11.4.2- A recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem executar o objeto com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e neste edital.

11.4.3- A recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo Órgão Gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, seja designada eventual aplicação de penalidades administrativas.

11.5- Os Contratos de fornecimento decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados com o recebimento da Autorização de Compra e da Nota de Empenho pela detentora.

11.6- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, será de 1 (um) ano contado a partir da sua publicação, devendo o Extrato da Ata de Registro de Preços ser publicado na forma prevista no art. 130 da Lei Orgânica Municipal, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.7- O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo Órgão Gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou outro órgão delegado.

11.8- Incumbirá também à Administração providenciar a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços nos quadros de aviso dos órgãos públicos municipais, na forma prevista na Lei Orgânica Municipal, art. 130,



até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

11.9-Os preços registrados na Ata poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos medicamentos ou da contratação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao Órgão Gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos beneficiários do registro de preços.

11.10-Quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevistos, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

11.10.1-Convocar os fornecedores registrados, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;

11.10.2-Frustrada a negociação, os fornecedores beneficiários do registro serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;

11.10.3-Convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida na licitação, com vistas a igual oportunidade de negociação.

11.11-Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa beneficiária, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

11.11.1-Liberar o beneficiário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes do pedido da execução do objeto;

11.11.2-Convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

11.12-A Ata de Registro de Preços não obriga o Município a firmar qualquer contratação, nem ao menos nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

11.12.1-O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, durante a vigência da Ata de Registro de Preços efetuará aquisições junto ao fornecedor detentor de preços registrados na mencionada Ata, de acordo com os quantitativos e especificações previstos na licitação, bem como, deverá caso solicitado pelos demais participantes efetuar o remanejamento do quantitativo não utilizado pelo mesmo.

11.12.2-O Órgão Gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da Ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo Órgão Gerenciador.

11.12.3-Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

11.12.4-Ao órgão não participante que aderir à Ata de Registro de Preços, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

11.12.5-Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão interessado deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

11.13-O direito de preferência de que trata o subitem 11.12, poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando o Município optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

11.14-O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no quadro de avisos da Comissão de Pregões da Prefeitura de Maracanaú e ficarão à disposição durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

11.15-O Município monitorará, pelo menos trimestralmente, o preço dos produtos ou serviços, e avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução



dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados.

11.15.1-O Município convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

11.16-Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

11.17-Para efeito de definição do preço de mercado serão considerados os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Central de Coleta e Auditoria de Preços-CCAP para determinado lote.

11.18-Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços ou parte dela, para aquele item de produto ou serviço específico, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

12. DO CONTRATO

12.1-O licitante vencedor da presente licitação deverá, quando for o caso, assinar Contrato com a Administração, nos termos do Anexo V, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação (telefônica, fax, escrita ou e-mail), onde estarão incluídas todas as condições, obrigações e responsabilidades constantes deste Edital e seus Anexos, imprescindíveis à fiel execução do objeto da licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, de 2021.

12.2-O Contrato deverá ser assinado por quem de direito, dentro do prazo supramencionado na Unidade Gestora desta licitação, podendo ser retirado de tal órgão por procurador habilitado para que o representante da empresa possa assiná-lo.

12.3-As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.4-Se licitante beneficiário convocado não assinar o Contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os medicamentos ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo das penalidades administrativas cabíveis.

12.5-Por ocasião da assinatura do Contrato a licitante vencedora deverá manter todas as condições de habilitação regulares.

13. DA ENTREGA

13.1-DAS ORDENS DE COMPRA/FORNECIMENTO: O fornecimento dos medicamentos licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor, que poderá englobar integralmente os quantitativos do objeto do Registro de Preços ou apenas parte deles (execução fracionada), de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira do Órgão Gestor.

13.1.1-A Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento emitida conterá os medicamentos pretendidos e as respectivas quantidades, devendo ser entregue ao beneficiário do registro no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da própria Ata de Registro de Preços.

13.1.2-Observadas as determinações e orientações constantes da Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá fazer a entrega nos locais, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos mesmos.

13.1.3-O aceite dos medicamentos pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas no Anexo I deste Edital quanto aos medicamentos entregues.



13.1.4- Poderão ser firmados contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, que serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes dos art. 82 e os seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

13.2-DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: O prazo máximo de entrega dos medicamentos licitados, será de até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Compra/Fornecimento ou instrumento equivalente a ser emitido pela administração, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, nos locais, horários e dias estabelecidos, conforme abaixo:

Hospital Municipal Dr. João Elísio De Holanda – Núcleo de Farmácia: Endereço: Rua João de Alencar, s/nº – Centro – Maracanaú-CE. Horário: Segunda-feira a Quinta-feira: 08:30h às 11:00h e das 13:30h às 15:00h. Sexta-feira: 08:30h às 13:00h. E-mail: farmaciacaf_hospital@maracanau.ce.gov.br/ farmaciacafhospital@gmail.com Telefone: (85) 3521-5541.
Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF: Endereço: Avenida III, 369 – Jereissati I – Maracanaú-CE. Horário: Segunda-feira a Quinta-feira: 08:30h às 11:00h e das 13:30h às 15:00h. Sexta-feira: 08:30h às 13:00h. E-mail: caf@maracanau.ce.gov.br Telefone: (85) 9.9781-2119.

13.2.1- Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.2.2- Os medicamentos somente serão recebidos dentro do prazo de validade, devendo, quando da data da entrega, a sua data de fabricação não ser inferior a 80% do prazo de validade.

13.2.3- Por ocasião da entrega dos medicamentos, o fornecedor deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias, além das respectivas fatura e Nota Fiscal.

13.2.4- Para os medicamentos deste certame, deverá ser emitida Fatura e Nota Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Maracanaú – CE, com endereço no Palácio das Maracanãs, Rua Edson Queiroz, Nº 270 – Centro, CEP 61.900-200, Maracanaú – CE, inscrito no CNPJ sob o nº 07.605.850/0001-62 e CGF nº 06.920264-8.

13.2.5- Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.2.6- O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal o, após a verificação da qualidade e quantidade do medicamento e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.3- Os medicamentos deverão serem entregues, observando rigorosamente as condições contidas no Termo de Referência, nos anexos desse instrumento e disposições constantes de sua Proposta, bem ainda às normas vigentes, assumindo o fornecedor a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os medicamentos do fornecimento em que se verificar, vícios, defeitos, incorreções ou estejam fora do prazo de validade;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do fornecimento. As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da execução do objeto deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

d) o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento);



e) a entrega dos medicamentos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do Município.

14. DO PREÇO, DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO

14.1-PREÇOS: Os preços ofertados devem ser apresentados com a incidência de todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, validade, garantia, deslocamento de pessoal, custos e demais despesas previsíveis que possam incidir sobre o fornecimento dos itens licitados, inclusive a margem de lucro.

14.2-PAGAMENTO: O pagamento será feito na proporção da entrega dos medicamentos licitados, segundo as Ordens de Compra/Autorização de Fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais e Municipais do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da Proposta.

14.2.1-O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada no subitem acima, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

14.3-REAJUSTE: Os valores constantes das propostas não sofrerão reajuste antes de decorridos 1 (um) ano da do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

14.4-REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do art. 92, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e suas alterações posteriores.

15. DAS SANÇÕES

15.1-O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do fornecimento, não manter a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Maracanaú e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Maracanaú pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

15.1.1-Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

a) recusar em celebrar a Ata de Registro de Preços ou o contrato dela decorrente quando regularmente convocado;

b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;

c) não manter a proposta ou lance;

d) fraudar na execução do contrato;

e) comportar-se de modo inidôneo.

15.1.2-Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do serviço/fornecimento de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do serviço/fornecimento do objeto.

15.1.3-Será acrescido ao percentual acima, ainda 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço/fornecimento do objeto requisitado.

15.2-Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do serviço/fornecimento do objeto, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no Contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas



nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, alterada e consolidada, as seguintes penas:

15.2.1-advertência;

15.2.2-multa;

15.2.3-impedimento de licitar e contratar;

15.2.4-declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3-O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

15.3.1-Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus.

15.3.2-Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

15.4-O fornecedor beneficiário da Ata terá o registro de seu preço cancelado quando:

15.4.1-descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

15.4.2-não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.4.3-não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.4.4-tiver presentes razões de interesse público.

15.5-PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada à ampla defesa e o contraditório.

15.5.1-No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 5 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência e cancelamento do registro de preço;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Maracanaú e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Maracanaú pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1-Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

a) alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente;

b) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

c) anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados mediante publicação na forma prevista no art. 130 da Lei Orgânica Municipal;

d) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

e) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

f) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.1.1-Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

16.1.2-O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

16.1.3-Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

16.2-Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data da abertura do certame.

16.2.1-Na análise das propostas e documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.3-Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

16.4-As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da Administração.

16.5-Os casos omissos poderão ser resolvidos pelo Agente de Contratação durante a sessão e pelo(s) Secretário(s) Ordenador(es) de Despesa, em outro caso, mediante aplicação do *caput* do art. 89 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.6-O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua Proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.7-A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicarão direito à contratação.

16.8-A formalização da Ata de Registro de Preços não gera ao beneficiário direito de fornecimento, mas apenas mera expectativa de contratação.

16.9-A formalização da Ata de Registro de Preços só gera ao beneficiário do registro a obrigação de fornecimento quando expedida a competente Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento ou celebrado o competente Termo de Contrato.

16.10-Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

16.11-A Administração disponibilizará meios de divulgação e amplo acesso aos preços praticados no Registro objeto dessa licitação.

16.12-A Homologação do presente procedimento será de competência do(s) Secretário(s) Gestor(es).

16.13-Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

16.14-Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Maracanaú-CE.

16.15-Quaisquer informações poderão ser obtidas na Comissão de Pregões da Prefeitura de Maracanaú ou pelo telefone (85) 3521.5169, das 08:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a quinta-feira e das 08:00 às 14:00 horas, na sexta-feira.

16.16-Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Termo de Retirada de Edital, nos horários de 08:00 às 16:00 horas, de segunda-feira a quinta-feira e das 08:00 às 14:00 horas na sexta-feira, na Comissão de Pregões da Prefeitura de Maracanaú, situada à Av. Durval Tomáz de Souza, 150, Centro Administrativo – Conjunto Jereissati I – Cep 61.905-430 – Maracanaú/CE, conforme os autos do presente processo administrativo de Pregão à disposição para vistas e conferência dos interessados, ficando o licitante obrigado ao pagamento da taxa, valor a ser informado no ato da solicitação de cópia reprográfica.



16.17-O Projeto Básico poderá ser examinado por qualquer interessado na Comissão de Pregões da Prefeitura de Maracanaú.

16.18-Todas as normas inerentes às contratações dos itens deste certame, discriminadas no Termo de Referência deste Instrumento Convocatório deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.

16.19-No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurada a autoridade competente.

- Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente;

- Anular ou revogar, no todo ou em parte, a presente licitação, a qualquer tempo, disto dando ciência aos interessados mediante publicação na forma prevista no art. 130 da Lei Orgânica Municipal.

Maracanaú-CE, 22 de abril de 2025.


SILVANA FURTADO SAMPAIO
Diretora Geral - HMJEH



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 1492.24.12.04.01

1. OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a”)

1.1. Registro de Preços para AQUISIÇÃO de MEDICAMENTOS GERAIS, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência, de interesse do núcleo de farmácia do Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda e Secretaria de Saúde da Prefeitura de Maracanaú-CE.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com a forma de fornecimento PARCELADA.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 4.274/21.

1.4. Os itens do objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021. Os referidos itens, são de interesse do Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda e da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde.

1.5. Caracterização dos itens a serem adquiridos (especificação do objeto) e código do lote:

PLANILHA CONSOLIDADA

LOTE/ CÓD. GEREN- CIAL	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. HMJEH	QUANT. SESA	QUANT. TOTAL
01/ 26480	Ácido acetilsalicílico 100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	4.800	2.100.000	2.104.800
02/ 33529	Ácido Ascórbico (Vitamina C) 100 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	7.200	0	7.200
03/ 33530	Ácido Ascórbico (Vitamina C) 500 mg, comprimido – ORAL.	COMPRIMIDO	4.800	0	4.800
04/ 33531	Ácido Épsilon-Aminocapróico 50 mg/mL, solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	3.600	0	3.600
05/ 20553	Ácido fólico 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.000	300.000	303.000
06/ 14528	Ácido Tranexâmico 50 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	9.600	0	9.600
07/ 11037	Adenosina 3 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	600	0	600
08/ 33532	Albumina Humana 0,2 g/mL (20%), solução injetável com 50 mL.	FRASCO - AMPOLA	1.800	0	1.800
09/ 33533	Alfaporactanto 80 mg/mL, solução injetável com 1,5 mL.	FRASCO - AMPOLA	50	0	50
10/ 10699	Alopurinol 100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.200	0	1.200
11/ 10818	Aminofilina 24 mg/mL, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	3.600	1.000	4.600
12/ 33617	Amiodarona 200 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.200	0	1.200
13/ 25697	Amiodarona 50 mg/mL, solução injetável com 3 mL.	AMPOLA	1.800	0	1.800
14/ 33618	Anlodipino 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	12.000	3.000.000	3.012.000
15/ 10899	Atenolol 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.600	0	3.600



16/ 33694	Atropina 0,25 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	5.000	1.000	6.000
17/ 33554	Beclometasona 400 mcg/mL, flaconete com 2 mL de suspensão para nebulização.	FLACONETE	1.000	0	1.000
18/ 33555	Bicarbonato de sódio 84 mg/mL (8,4%), solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	6.000	0	6.000
19/ 10700	Bisacodil 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	600	0	600
20/ 22382	Brometo de Ipratrópio 0,25 mg/mL, solução inalante, frasco com 20 mL.	FRASCO	1.200	800	2.000
21/ 10747	Bromoprida 10mg, comprimido.	COMPRIMIDO	700	0	700
22/ 20567	Bromoprida 4 mg/mL, solução oral, frasco gotejador com 20 mL.	FRASCO	1.600	0	1.600
23/ 10984	Bromoprida 5 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	36.000	14.400	50.400
24/ 33556	Bultibrometo de Escopolamina 10 mg + Dipirona 250 mg, comprimido	COMPRIMIDO	6.000	0	6.000
25/ 33557	Bultibrometo de Escopolamina 20 mg/mL, solução injetável com 1 mL	AMPOLA	12.000	25.000	37.000
26/ 33558	Bupivacaína 5 mg/mL + Glicose 80 mg/mL, solução injetável com 4 mL.	AMPOLA	7.200	0	7.200
27/ 2622	Cabergolina 0,5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	600	0	600
28/ 10965	Captopril 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	7.200	50.000	57.200
29/ 10900	Carvedilol 12,5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6.000	0	6.000
30/ 10701	Carvedilol 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	2.500	200.000	202.500
31/ 10795	Carvedilol 3,125 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6.000	20.000	26.000
32/ 33714	Cetoprofeno 100 mg, pó para solução de uso intravenoso.	FRASCO - AMPOLA	40.000	0	40.000
33/ 17934	Cetoprofeno 50 mg/mL, solução injetável com 2 mL, de uso intramuscular.	AMPOLA	40.000	50.000	90.000
34/ 10928	Cilostazol 100 mg, comprimido	COMPRIMIDO	700	20.000	20.700
35/ 33560	Cisatracúrio 2 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	1.800	0	1.800
36/ 10748	Clonidina 0,100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	2.500	0	2.500



37/ 10860	Clonidina 150 mcg, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	1.800	0	1.800
38/ 15338	Clopidogrel 75 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.000	100.000	103.000
39/ 33561	Cloreto de potássio 100 mg/mL (10%), solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	36.000	0	36.000
40/ 33562	Cloreto de potássio 60 mg/mL (6%), solução oral, com no mínimo 100 mL.	FRASCO	300	0	300
41/ 33563	Cloreto de sódio 20%, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	24.000	0	24.000
42/ 33564	Cloreto de Sódio 3,5 g + Cloreto de Potássio 1,5 g + Citrato de Sódio 2,9 g + Glicose 20 g, envelope com 28,8 g de pó para solução de uso oral.	ENVELOPE	720	90.000	90.720
43/ 33565	Cloridrato de Bupivacaína Isobárica (0,5%), solução injetável com 4 mL, contendo 20 mg de cloridrato bupivacaína.	AMPOLA	300	0	300
44/ 3105	Cloridrato de Ondansetrona 8 mg, comprimido orodispersível.	COMPRIMIDO	1.200	0	1.200
45/ 16481	Cloridrato de Tiamina 300 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.500	6.000	7.500
46/ 25708	Deslanosídeo 0,2 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	1.200	0	1.200
47/ 2264	Dexametasona 1 mg/mL (0,1%) , creme de uso dermatológico, bisnaga com 10g.	BISNAGA	6.000	50.000	56.000
48/ 10720	Dexametasona 4 mg/mL, solução injetável com 2,5 mL.	AMPOLA	36.000	0	36.000
49/ 11038	Dipirona 500 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	60.000	60.000	120.000
50/ 17921	Dipirona 500 mg/mL, solução oral (gotas), frasco gotejador com 20 mL.	FRASCO	6.000	60.000	66.000
51/ 3280	Dipirona sódica 500 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	10.000	3.200.000	3.210.000
52/ 10938	Dobutamina 12,5 mg/mL, solução injetável com 20 mL.	AMPOLA	6.000	0	6.000
53/ 3254	Domperidona 1 mg/mL, suspensão oral, frasco com 100 mL.	FRASCO	120	3.000	3.120
54/ 10749	Domperidona 10 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.200	25.000	26.200
55/ 10819	Dopamina 5 mg/mL, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	3.600	0	3.600
56/ 33567	Dropropizina 3 mg/mL, solução oral, frasco com 100 mL.	FRASCO	1.200	0	1.200
57/ 18505	Enoxaparina sódica 40 mg seringas preenchidas com 0,4 mL de solução de uso subcutâneo.	SERINGA	24.000	1.200	25.200
58/ 18506	Enoxaparina sódica 60 mg seringas preenchidas com 0,6 mL de solução de uso subcutâneo.	SERINGA	12.000	1.200	13.200



59/ 33568	Epinefrina (Adrenalina) 1 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	4.800	2.000	6.800
60/ 33569	Escopolamina 4 mg/mL + Dipirona 500 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	24.000	20.000	44.000
61/ 22093	Escopolamina 6,67 mg/mL + Dipirona 333,4 mg/mL, solução oral, frasco gotejador com 20mL.	FRASCO	2.000	0	2.000
62/ 11067	Espironolactona 100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.200	0	1.200
63/ 10967	Espironolactona 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	2.400	600.000	602.400
64/ 22094	Etilefrina 10 mg/mL, solução injetável com 1mL.	AMPOLA	8.000	0	8.000
65/ 33570	Fenoterol 5 mg/mL, solução para inalação, frasco gotejador com 20 mL.	FRASCO	1.200	500	1.700
66/ 33571	Fitomenadiona (Vitamina K) 10 mg/mL, solução injetável com 1 mL de uso intramuscular ou subcutâneo.	AMPOLA	12.000	12.000	24.000
67/ 33572	Fosfato de sódio dibásico 0,06 g/mL e Fosfato de sódio monobásico 1,6 g/mL frasco com no mínimo 130 mL.	FRASCO	3.000	0	3.000
68/ 10969	Furosemida 10 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	14.400	12.000	26.400
69/ 10848	Furosemida 40 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.600	600.000	603.600
70/ 10902	Glibenclamida 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6.000	800.000	806.000
71/ 33695	Glicerina 120 mg/mL (12%), frasco com 500 mL de solução de uso retal.	FRASCO	3.000	0	3.000
72/ 33573	Gliconato de cálcio 100 mg/mL (10%), solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	4.800	0	4.800
73/ 10722	Glicose 25%, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	24.000	30.000	54.000
74/ 11040	Glicose 50%, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	36.000	30.000	66.000
75/ 33574	Hemitartarato de Metaraminol 10 mg/mL, solução injetável com 1 mL, contendo 10 mg de metaraminol.	AMPOLA	500	0	500
76/ 18507	Heparina sódica 5.000 UI, solução subcutâneo com 0,25 mL.	AMPOLA	10.000	0	10.000
77/ 33575	Heparina sódica 5.000 UI/mL, solução injetável com 5 mL.	FRASCO	1.800	0	1.800
78/ 33576	Hidralazina 20 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	1.200	0	1.200
79/ 33577	Hidralazina 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.500	0	1.500
80/ 4174	Hidralazina 50 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.000	0	3.000
81/ 10703	Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6.000	4.000.000	4.006.000
82/ 33578	Hidrocortisona 100 mg, pó para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	14.000	10.000	24.000



83/ 33579	Hidrocortisona 500 mg, pó para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	15.000	10.000	25.000
84/ 33580	Hidroxizina 2 mg/mL, solução oral, frasco com no mínimo 100 mL.	FRASCO	360	0	360
85/ 2661	Hidroxizina 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.000	0	3.000
86/ 33715	Imunoglobulina anti-D 150 mcg/mL (750 UI), solução injetável com 2 mL.	SERINGA	600	0	600
87/ 33582	Insulina NPH 100 UI/mL, solução injetável, frasco-ampola com 10 mL.	FRASCO - AMPOLA	600	8.000	8.600
88/ 33583	Insulina Regular 100 UI/mL, solução injetável, frasco-ampola com 10 mL.	FRASCO - AMPOLA	600	6.000	6.600
89/ 33584	Isossorbida 10 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.000	60.000	63.000
90/ 22102	Isossorbida 20 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	720	0	720
91/ 33585	Isossorbida 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.440	20.000	21.440
92/ 2263	Lactulose 667 mg/mL, solução oral, frasco com 120 mL.	FRASCO	2.000	2.000	4.000
93/ 33586	Levobupivacaína 0,75% com vasoconstritor, solução injetável, frasco ampola com 20 mL. Cada mL da solução injetável contém 7,5 mg de cloridrato de levobupivacaína e 9,1 mcg de hemitartrato de epinefrina.	FRASCO - AMPOLA	200	0	200
94/ 33588	Levobupivacaína 0,75% sem vasoconstritor, solução injetável, frasco ampola com 20 mL. Cada mL da solução injetável contém 7,5 mg de cloridrato de levobupivacaína.	FRASCO - AMPOLA	200	0	200
95/ 33589	Lidocaína 100 mg/mL (10%), frasco spray com 50mL de solução de uso dermatológico.	FRASCO	200	0	200
96/ 33590	Lidocaína 20 mg/mL (2%) com vasoconstritor (epinefrina) 1:200.000, solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	1.200	0	1.200
97/ 33591	Lidocaína 20 mg/mL (2%) sem vasoconstritor, solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	6.000	0	6.000
98/ 33592	Lidocaína 20mg/g (2%), bisnaga com 30g de gel de uso uretral.	BISNAGA	3.000	24.000	27.000
99/ 33696	Loratadina 1 mg/mL, frasco com 100 mL de xarope.	FRASCO	1.200	70.000	71.200
100/ 11077	Loratadina 10 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6.000	500.000	506.000
101/ 20622	Losartana 50 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	40.000	8.000.000	8.040.000
102/ 15330	Maleato de enalapril 20 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	2.400	800.000	802.400



103/ 10858	Maleato de enalapril 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.000	0	3.000
104/ 33593	Manitol 200 mg/mL (20%), solução injetável, bolsa ou frasco com 250 mL.	UNIDADE	4.000	0	4.000
105/ 33594	Metformina 500 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	12.000	7.000.000	7.012.000
106/ 20636	Metildopa 250 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.800	300.000	301.800
107/ 33595	Metilergometrina 0,2 mg/mL, solução de uso subcutâneo, intramuscular ou intravenoso com 1mL.	AMPOLA	1.200	0	1.200
108/ 25716	Metoclopramida 4 mg/mL, frasco gotejador com 10 mL de solução de uso oral.	FRASCO	720	0	720
109/ 10905	Metoclopramida 5mg/mL, solução de uso intramuscular ou intravenoso com 2 mL.	AMPOLA	24.000	12.000	36.000
110/ 33597	Metoprolol 1 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	500	0	500
111/ 33599	N-Acetilcisteína 40 mg/mL, frasco com 120 mL de xarope.	FRASCO	3.600	0	3.600
112/ 3316	Neostigmina 0,5 mg/mL, solução de uso intravenoso, intramuscular ou subcutâneo 1 mL.	AMPOLA	1.800	0	1.800
113/ 33600	Nifedipino 10 mg, sublingual.	CÁPSULA	1.200	0	1.200
114/ 33601	Nifedipino 20 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6.000	0	6.000
115/ 10933	Nimesulida 100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	24.000	0	24.000
116/ 11018	Nitroglicerina 5 mg/mL, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	1.200	0	1.200
117/ 18495	Nitroprusseto de sódio 25 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	2.400	0	2.400
118/ 33602	Norepinefrina (Noradrenalina) 2 mg/mL, solução injetável com 4 mL.	AMPOLA	24.000	0	24.000
119/ 11071	Ocitocina 5 UI/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	36.000	0	36.000
120/ 33604	Óleo cicatrizante/dermoprotetor, à base de A.G.E (Ácidos Graxos Essenciais), Vitaminas A e E, frasco com no mínimo 100 mL.	FRASCO	1.440	3.000	4.440
121/ 25390	Óleo mineral, frasco com 100 mL de solução de uso oral.	FRASCO	720	6.000	6.720
122/ 10980	Omeprazol 20 mg, cápsula.	CÁPSULA	36.000	3.000.000	3.036.000
123/ 33605	Omeprazol 40 mg, pó para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	36.000	0	36.000
124/ 20655	Paracetamol 200 mg/mL, frasco gotejador com 15 mL de solução de uso oral.	FRASCO	5.000	25.000	30.000
125/ 33698	Paracetamol 500 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	8.000	800.000	808.000



126/ 10961	Prednisolona 3mg/mL, frasco com 60 mL de solução de uso oral.	FRASCO	1.200	40.000	41.200
127/ 20659	Prednisona 20 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	4.200	500.000	504.200
128/ 20663	Prednisona 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3.000	130.000	133.000
129/ 10815	Prometazina 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	2.880	700.000	702.880
130/ 10767	Prometazina 25 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	4.200	18.000	22.200
131/ 10868	Propatilnitrato 10 mg, comprimido sublingual.	COMPRIMIDO	780	25.000	25.780
132/ 33607	Propranolol 40 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.620	1.000.000	1.001.620
133/ 14529	Protamina 10 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	120	0	120
134/ 33609	Rocurônio 10 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	FRASCO - AMPOLA	360	0	360
135/ 33610	Ropivacaína 10 mg/mL (0,1%), solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	200	0	200
136/ 33611	Ropivacaína 7,5 mg/mL (0,75%), solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	200	0	200
137/ 25721	Sacarato de hidróxido férrico 20 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	2.000	0	2.000
138/ 33699	Saccharomyces boulardii - 17 liofilizado, 200 mg/g, sachê com 1 g de pó para suspensão de uso oral.	SACHÊ	2.400	0	2.400
139/ 33613	Salbutamol, 100 mcg/dose, frasco spray com 200 doses de pó para inalação.	FRASCO	5.000	20.000	25.000
140/ 33614	Salbutamol, 5 mg/mL, caixa com 1 frasco com 10 mL de solução para nebulização de uso nasal.	FRASCO	5.000	348	5.348
141/ 25725	Simeticona 40 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	18.000	0	18.000
142/ 16434	Simeticona 75 mg/mL, frasco gotejador com 15 mL de emulsão de uso oral.	FRASCO	7.200	0	7.200
143/ 10788	Sinvastatina 20 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	12.000	4.500.000	4.512.000
144/ 33615	Sulfato de Magnésio 500 mg/mL (50%), solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	14.400	0	14.400
145/ 14527	Sulfato ferroso 25 mg/mL, frasco com 30 mL de solução de uso oral.	FRASCO	180	4.000	4.180
146/ 14526	Sulfato ferroso 40 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	12.000	1.000.000	1.012.000
147/ 33616	Suxametônio 100 mg, pó para solução de uso intravenoso ou intramuscular.	FRASCO - AMPOLA	1.200	0	1.200
148/ 17929	Tartarato de Metoprolol 1 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	360	0	360
149/ 25727	Terbutalina 0,5 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	2.400	0	2.400
150/ 22122	Tiamina 100 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	1.000	2.000	3.000



151/ 22121	Tiamina 300 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	500	6.000	6.500
152/ 14525	Varfarina 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1.200	80.000	81.200

1.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação na forma do art. 130 da Lei Orgânica do Município c/c arts. 94 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições e quantidades ou valores remanescentes.

1.7. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contado da publicação na forma do art. 130 de Lei Orgânica do Município c/c art. 94, 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.8. O contrato poderá ser alterado pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.9. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.10. DAS COTAS RESERVADAS PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, LC nº 123/06

Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) ou deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.10.1. No presente objeto será destinada a contratação exclusiva, caso haja interessados, as cotas para ME e EPP da seguinte forma:

LOTES COM COTAS RESERVADAS ME/EPP							
LOTE/ CÓD. GE- REN-CIAL	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAN T. HMJEH	QUAN T. SESA	QUANT TOTAL	VALOR UNI- TÁRIO	V. TOTAL
01/ 33529	Ácido Ascórbico (Vitamina C) 100 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	7200	0	7200	R\$ 1,10	R\$ 7.920,00
02/ 33530	Ácido Ascórbico (Vitamina C) 500 mg, comprimido – ORAL.	COMPRIMI- DO	4800	0	4800	R\$ 0,18	R\$ 864,00
03/ 20553	Ácido fólico 5 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	3000	300000	303000	R\$ 0,05	R\$ 15.150,00
04/ 14528	Ácido Tranexâmico 50 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	9600	0	9600	R\$ 5,84	R\$ 56.064,00
05/ 11037	Adenosina 3 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	600	0	600	R\$ 17,23	R\$ 10.338,00
06/ 10699	Alopurinol 100 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1200	0	1200	R\$ 0,26	R\$ 312,00
07/ 10818	Aminofilina 24 mg/mL, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	3600	1000	4600	R\$ 5,75	R\$ 26.450,00
08/ 33617	Amiodarona 200 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1200	0	1200	R\$ 0,69	R\$ 828,00
09/ 25697	Amiodarona 50 mg/mL, solução injetável com 3 mL.	AMPOLA	1800	0	1800	R\$ 4,91	R\$ 8.838,00
10/ 10899	Atenolol 25 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	3600	0	3600	R\$ 0,10	R\$ 360,00
11/ 33694	Atropina 0,25 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	5000	1000	6000	R\$ 1,21	R\$ 7.260,00
12/ 33554	Beclometasona 400 mcg/mL, flaconete com 2 mL	FLACONETE	1000	0	1000	R\$ 11,05	R\$ 11.050,00



	de suspensão para nebulização.						
13/ 33555	Bicarbonato de sódio 84 mg/mL (8,4%), solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	6000	0	6000	R\$ 1,41	R\$ 8.460,00
14/ 10700	Bisacodil 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	600	0	600	R\$ 0,23	R\$ 138,00
15/ 22382	Brometo de Ipratrópio 0,25 mg/mL, solução inalante, frasco com 20 mL.	FRASCO	1200	800	2000	R\$ 1,85	R\$ 3.700,00
16/ 10747	Bromoprida 10mg, comprimido.	COMPRIMIDO	700	0	700	R\$ 0,40	R\$ 280,00
17/ 20567	Bromoprida 4 mg/mL, solução oral, frasco gotejador com 20 mL.	FRASCO	1600	0	1600	R\$ 3,76	R\$ 6.016,00
18/ 33556	Bultibrometo de Escopolamina 10 mg + Dipirona 250 mg, comprimido	COMPRIMIDO	6000	0	6000	R\$ 0,47	R\$ 2.820,00
19/ 33557	Bultibrometo de Escopolamina 20 mg/mL, solução injetável com 1 mL	AMPOLA	12000	25000	37000	R\$ 1,60	R\$ 59.200,00
20/ 33558	Bupivacaína 5 mg/mL + Glicose 80 mg/mL, solução injetável com 4 mL.	AMPOLA	7200	0	7200	R\$ 7,70	R\$ 55.440,00
21/ 2622	Cabergolina 0,5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	600	0	600	R\$ 14,31	R\$ 8.586,00
22/ 10965	Captopril 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	7200	50000	57200	R\$ 0,05	R\$ 2.860,00
23/ 10900	Carvedilol 12,5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6000	0	6000	R\$ 0,11	R\$ 660,00
24/ 10701	Carvedilol 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	2500	200000	202500	R\$ 0,18	R\$ 36.450,00
25/ 10795	Carvedilol 3,125 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6000	20000	26000	R\$ 0,11	R\$ 2.860,00
26/ 10928	Cilostazol 100 mg, comprimido	COMPRIMIDO	700	20000	20700	R\$ 0,67	R\$ 13.869,00
27/ 33560	Cisatracúrio 2 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	1800	0	1800	R\$ 29,67	R\$ 53.406,00
28/ 10748	Clonidina 0,100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	2500	0	2500	R\$ 0,40	R\$ 1.000,00
29/ 10860	Clonidina 150 mcg, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	1800	0	1800	R\$ 8,64	R\$ 15.552,00
30/ 33561	Cloreto de potássio 100 mg/mL (10%), solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	36000	0	36000	R\$ 0,79	R\$ 28.440,00
31/ 33562	Cloreto de potássio 60 mg/mL (6%), solução oral, com no mínimo 100 mL.	FRASCO	300	0	300	R\$ 5,10	R\$ 1.530,00
32/ 33563	Cloreto de sódio 20%, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	24000	0	24000	R\$ 1,08	R\$ 25.920,00
33/ 33565	Cloridrato de Bupivacaína Isobárica (0,5%), solução injetável com 4 mL, contendo 20 mg de cloridrato bupivacaína.	AMPOLA	300	0	300	R\$ 9,07	R\$ 2.721,00
34/ 3105	Cloridrato de Ondansetrona 8 mg, comprimido orodispersível.	COMPRIMIDO	1200	0	1200	R\$ 0,66	R\$ 792,00
35/ 16481	Cloridrato de Tiamina 300 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1500	6000	7500	R\$ 0,52	R\$ 3.900,00
36/ 25708	Deslanosídeo 0,2 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	1200	0	1200	R\$ 3,61	R\$ 4.332,00
37/	Dexametasona 4 mg/mL,	AMPOLA	36000	0	36000	R\$ 2,18	R\$ 78.480,00



10720	solução injetável com 2,5 mL.						
38/ 10938	Dobutamina 12,5 mg/mL, solução injetável com 20 mL.	AMPOLA	6000	0	6000	R\$ 8,43	R\$ 50.580,00
39/ 3254	Domperidona 1 mg/mL, suspensão oral, frasco com 100 mL.	FRASCO	120	3000	3120	R\$ 18,81	R\$ 58.687,20
40/ 10749	Domperidona 10 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1200	25000	26200	R\$ 0,12	R\$ 3.144,00
41/ 10819	Dopamina 5 mg/mL, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	3600	0	3600	R\$ 7,98	R\$ 28.728,00
42/ 33567	Dropropizina 3 mg/mL, solução oral, frasco com 100 mL.	FRASCO	1200	0	1200	R\$ 12,88	R\$ 15.456,00
43/ 33568	Epinefrina (Adrenalina) 1 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	4800	2000	6800	R\$ 1,88	R\$ 12.784,00
44/ 22093	Escopolamina 6,67 mg/mL + Dipirona 333,4 mg/mL, solução oral, frasco gotejador com 20mL.	FRASCO	2000	0	2000	R\$ 9,84	R\$ 19.680,00
45/ 11067	Espironolactona 100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1200	0	1200	R\$ 1,17	R\$ 1.404,00
46/ 22094	Etilefrina 10 mg/mL, solução injetável com 1mL.	AMPOLA	8000	0	8000	R\$ 2,46	R\$ 19.680,00
47/ 33570	Fenoterol 5 mg/mL, solução para inalação, frasco gotejador com 20 mL.	FRASCO	1200	500	1700	R\$ 5,24	R\$ 8.908,00
48/ 33571	Fitomenadiona (Vitamina K) 10 mg/mL, solução injetável com 1 mL de uso intramuscular ou subcutâneo.	AMPOLA	12000	12000	24000	R\$ 2,82	R\$ 67.680,00
49/ 33572	Fosfato de sódio dibásico 0,06 g/mL e Fosfato de sódio monobásico 1,6 g/mL frasco com no mínimo 130 mL.	FRASCO	3000	0	3000	R\$ 8,85	R\$ 26.550,00
50/ 10969	Furosemida 10 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	14400	12000	26400	R\$ 1,32	R\$ 34.848,00
51/ 10848	Furosemida 40 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3600	600000	603600	R\$ 0,09	R\$ 54.324,00
52/ 10902	Glibenclamida 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6000	800000	806000	R\$ 0,09	R\$ 72.540,00
53/ 33695	Glicerina 120 mg/mL (12%), frasco com 500 mL de solução de uso retal.	FRASCO	3000	0	3000	R\$ 15,79	R\$ 47.370,00
54/ 33573	Gliconato de cálcio 100 mg/mL (10%), solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	4800	0	4800	R\$ 2,53	R\$ 12.144,00
55/ 10722	Glicose 25%, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	24000	30000	54000	R\$ 0,89	R\$ 48.060,00
56/ 11040	Glicose 50%, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	36000	30000	66000	R\$ 0,61	R\$ 40.260,00
57/ 33574	Hemitartarato de Metaraminol 10 mg/mL, solução injetável com 1 mL, contendo 10 mg de metaraminol.	AMPOLA	500	0	500	R\$ 36,35	R\$ 18.175,00
58/ 33575	Heparina sódica 5.000 UI/mL, solução injetável com 5 mL.	FRASCO	1800	0	1800	R\$ 26,45	R\$ 47.610,00
59/ 33576	Hidralazina 20 mg/mL, so-	AMPOLA	1200	0	1200	R\$ 9,65	R\$ 11.580,00



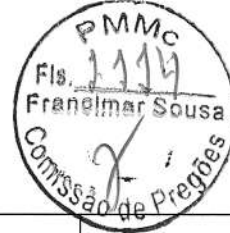
	lução injetável com 1 mL.						
60/ 33577	Hidralazina 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1500	0	1500	R\$ 0,55	R\$ 825,00
61/ 4174	Hidralazina 50 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3000	0	3000	R\$ 0,78	R\$ 2.340,00
62/ 33580	Hidroxizina 2 mg/mL, solução oral, frasco com no mínimo 100 mL.	FRASCO	360	0	360	R\$ 11,67	R\$ 4.201,20
63/ 2661	Hidroxizina 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3000	0	3000	R\$ 1,31	R\$ 3.930,00
64/ 33584	Isossorbida 10 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3000	60000	63000	R\$ 0,46	R\$ 28.980,00
65/ 22102	Isossorbida 20 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	720	0	720	R\$ 0,38	R\$ 273,60
66/ 33585	Isossorbida 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1440	20000	21440	R\$ 0,52	R\$ 11.148,80
67/ 2263	Lactulose 667 mg/mL, solução oral, frasco com 120 mL.	FRASCO	2000	2000	4000	R\$ 12,54	R\$ 50.160,00
68/ 33586	Levobupivacaína 0,75% com vasoconstritor, solução injetável, frasco ampola com 20 mL. Cada mL da solução injetável contém 7,5 mg de cloridrato de levobupivacaína e 9,1 mcg de hemitartrato de epinefrina.	FRASCO - AMPOLA	200	0	200	R\$ 49,55	R\$ 9.910,00
69/ 33588	Levobupivacaína 0,75% sem vasoconstritor, solução injetável, frasco ampola com 20 mL. Cada mL da solução injetável contém 7,5 mg de cloridrato de levobupivacaína.	FRASCO - AMPOLA	200	0	200	R\$ 33,40	R\$ 6.680,00
70/ 33589	Lidocaína 100 mg/mL (10%), frasco spray com 50mL de solução de uso dermatológico.	FRASCO	200	0	200	R\$ 94,50	R\$ 18.900,00
71/ 33590	Lidocaína 20 mg/mL (2%) com vasoconstritor (epinefrina) 1:200.000, solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	1200	0	1200	R\$ 9,67	R\$ 11.604,00
72/ 33591	Lidocaína 20 mg/mL (2%) sem vasoconstritor, solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	6000	0	6000	R\$ 8,32	R\$ 49.920,00
73/ 10858	Maleato de enalapril 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3000	0	3000	R\$ 0,13	R\$ 390,00
74/ 33593	Manitol 200 mg/mL (20%), solução injetável, bolsa ou frasco com 250 mL.	UNIDADE	4000	0	4000	R\$ 14,31	R\$ 57.240,00
75/ 33595	Metilergometrina 0,2 mg/mL, solução de uso subcutâneo, intramuscular ou intravenoso com 1mL.	AMPOLA	1200	0	1200	R\$ 3,27	R\$ 3.924,00
76/ 25716	Metoclopramida 4 mg/mL, frasco gotejador com 10 mL de solução de uso oral.	FRASCO	720	0	720	R\$ 3,90	R\$ 2.808,00
77/ 10905	Metoclopramida 5mg/mL, solução de uso intramuscular ou intravenoso com 2 mL.	AMPOLA	24000	12000	36000	R\$ 1,12	R\$ 40.320,00
78/ 33597	Metoprolol 1 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	500	0	500	R\$ 35,00	R\$ 17.500,00
79/ 33599	N-Acetilcisteína 40 mg/mL,	FRASCO	3600	0	3600	R\$ 9,14	R\$ 32.904,00



	frasco com 120 mL de xarope.						
80/ 3316	Neostigmina 0,5 mg/mL, solução de uso intravenoso, intramuscular ou subcutâneo 1 mL.	AMPOLA	1800	0	1800	R\$ 2,24	R\$ 4.032,00
81/ 33600	Nifedipino 10 mg, sublingual.	CÁPSULA	1200	0	1200	R\$ 0,15	R\$ 180,00
82/ 33601	Nifedipino 20 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	6000	0	6000	R\$ 0,16	R\$ 960,00
83/ 10933	Nimesulida 100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	24000	0	24000	R\$ 0,16	R\$ 3.840,00
84/ 11018	Nitroglicerina 5 mg/mL, solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	1200	0	1200	R\$ 47,80	R\$ 57.360,00
85/ 18495	Nitroprusseto de sódio 25 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	2400	0	2400	R\$ 32,00	R\$ 76.800,00
86/ 33604	Óleo cicatrizante/dermoprotetor, à base de A.G.E (Ácidos Graxos Essenciais), Vitaminas A e E, frasco com no mínimo 100 mL.	FRASCO	1440	3000	4440	R\$ 4,48	R\$ 19.891,20
87/ 25390	Óleo mineral, frasco com 100 mL de solução de uso oral.	FRASCO	720	6000	6720	R\$ 4,82	R\$ 32.390,40
88/ 20655	Paracetamol 200 mg/mL, frasco gotejador com 15 mL de solução de uso oral.	FRASCO	5000	25000	30000	R\$ 2,09	R\$ 62.700,00
89/ 20663	Prednisona 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3000	130000	133000	R\$ 0,10	R\$ 13.300,00
90/ 10868	Propatilnitrato 10 mg, comprimido sublingual.	COMPRIMIDO	780	25000	25780	R\$ 0,79	R\$ 20.366,20
91/ 33607	Propranolol 40 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1620	100000 0	100162 0	R\$ 0,05	R\$ 50.081,00
92/ 14529	Protamina 10 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	120	0	120	R\$ 5,22	R\$ 626,40
93/ 33609	Rocurônio 10 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	FRASCO - AMPOLA	360	0	360	R\$ 15,50	R\$ 5.580,00
94/ 33610	Ropivacaína 10 mg/mL (0,1%), solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	200	0	200	R\$ 34,67	R\$ 6.934,00
95/ 33611	Ropivacaína 7,5 mg/mL (0,75%), solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	200	0	200	R\$ 35,25	R\$ 7.050,00
96/ 25721	Sacarato de hidróxido férrico 20 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	2000	0	2000	R\$ 21,00	R\$ 42.000,00
97/ 33699	Saccharomyces boulardii - 17 liofilizado, 200 mg/g, sachê com 1 g de pó para suspensão de uso oral.	SACHÊ	2400	0	2400	R\$ 3,20	R\$ 7.680,00
98/ 25725	Simeticona 40 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	18000	0	18000	R\$ 0,28	R\$ 5.040,00
99/ 16434	Simeticona 75 mg/mL, frasco gotejador com 15 mL de emulsão de uso oral.	FRASCO	7200	0	7200	R\$ 2,49	R\$ 17.928,00
100/ 14527	Sulfato ferroso 25 mg/mL, frasco com 30 mL de solução de uso oral.	FRASCO	180	4000	4180	R\$ 1,90	R\$ 7.942,00
101/ 14526	Sulfato ferroso 40 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	12000	1000000	1012000	R\$ 0,07	R\$ 70.840,00
102/ 33616	Suxametônio 100 mg, pó	FRASCO - AMPOLA	1200	0	1200	R\$ 25,75	R\$ 30.900,00



	para solução de uso intra-venoso ou intramuscular.	AMPOLA					
103/ 17929	Tartarato de Metoprolol 1 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	360	0	360	R\$ 29,34	R\$ 10.562,40
104/ 25727	Terbutalina 0,5 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	2400	0	2400	R\$ 4,24	R\$ 10.176,00
105/ 22122	Tiamina 100 mg/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	1000	2000	3000	R\$ 10,72	R\$ 32.160,00
106/ 22121	Tiamina 300 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	500	6000	6500	R\$ 0,38	R\$ 2.470,00
107/ 14525	Varfarina 5 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1200	80000	81200	R\$ 0,28	R\$ 22.736,00
108/ 26480	Ácido acetilsalicílico 100 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1200	525000	526200	R\$ 0,05	R\$ 26.310,00
109/ 33531	Ácido Épsilon-Aminocaproico 50 mg/mL, solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	900	0	900	R\$ 32,15	R\$ 28.935,00
110/ 33532	Albumina Humana 0,2 g/mL (20%), solução injetável com 50 mL.	FRASCO - AMPOLA	450	0	450	R\$ 269,93	R\$ 121.468,50
111/ 33533	Alfaporactanto 80 mg/mL, solução injetável com 1,5 mL.	FRASCO - AMPOLA	13	0	13	R\$ 1.698,46	R\$ 22.079,98
112/ 33618	Anlodipino 5 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	3000	750000	753000	R\$ 0,10	R\$ 75.300,00
113/ 10984	Bromoprida 5 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	9000	3600	12600	R\$ 2,08	R\$ 26.208,00
114/ 33714	Cetoprofeno 100 mg, pó para solução de uso intra-venoso.	FRASCO - AMPOLA	10000	0	10000	R\$ 7,01	R\$ 70.100,00
115/ 17934	Cetoprofeno 50 mg/mL, solução injetável com 2 mL, de uso intramuscular.	AMPOLA	10000	12500	22500	R\$ 2,09	R\$ 47.025,00
116/ 15338	Clopidogrel 75 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	750	25000	25750	R\$ 0,86	R\$ 22.145,00
117/ 33564	Cloreto de Sódio 3,5 g + Cloreto de Potássio 1,5 g + Citrato de Sódio 2,9 g + Glicose 20 g, envelope com 28,8 g de pó para solução de uso oral.	ENVELOPE	180	22500	22680	R\$ 1,67	R\$ 37.875,60
118/ 2264	Dexametasona 1 mg/mL (0,1%) , creme de uso dermatológico, bisnaga com 10g.	BISNAGA	1500	12500	14000	R\$ 2,19	R\$ 30.660,00
119/ 11038	Dipirona 500 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	15000	15000	30000	R\$ 1,70	R\$ 51.000,00
120/ 17921	Dipirona 500 mg/mL, solução oral (gotas), frasco goteador com 20 mL.	FRASCO	1500	15000	16500	R\$ 4,47	R\$ 73.755,00
121/ 3280	Dipirona sódica 500 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	2500	800000	802500	R\$ 0,23	R\$ 184.575,00
122/ 18505	Enoxaparina sódica 40 mg seringas preenchidas com 0,4 mL de solução de uso subcutâneo.	SERINGA	6000	300	6300	R\$ 23,49	R\$ 147.987,00
123/ 18506	Enoxaparina sódica 60 mg seringas preenchidas com 0,6 mL de solução de uso subcutâneo.	SERINGA	3000	300	3300	R\$ 32,93	R\$ 108.669,00
124/ 33569	Escopolamina 4 mg/mL + Dipirona 500 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	6000	5000	11000	R\$ 3,02	R\$ 33.220,00



125/ 10967	Espironolactona 25 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	600	150000	150600	R\$ 0,48	R\$ 72.288,00
126/ 18507	Heparina sódica 5.000 UI, solução subcutâneo com 0,25 mL.	AMPOLA	2500	0	2500	R\$ 12,40	R\$ 31.000,00
127/ 10703	Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1500	100000 0	100150 0	R\$ 0,05	R\$ 50.075,00
128/ 33578	Hidrocortisona 100 mg, p� para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	3500	2500	6000	R\$ 5,14	R\$ 30.840,00
129/ 33579	Hidrocortisona 500 mg, p� para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	3750	2500	6250	R\$ 7,74	R\$ 48.375,00
130/ 33715	Imunoglobulina anti-D 150 mcg/mL (750 UI), solução injetável com 2 mL.	SERINGA	150	0	150	R\$ 321,84	R\$ 48.276,00
131/ 33582	Insulina NPH 100 UI/mL, solução injetável, frasco-ampola com 10 mL.	FRASCO - AMPOLA	150	2000	2150	R\$ 47,04	R\$ 101.136,00
132/ 33583	Insulina Regular 100 UI/mL, solução injetável, frasco-ampola com 10 mL.	FRASCO - AMPOLA	150	1500	1650	R\$ 46,13	R\$ 76.114,50
133/ 33592	Lidocaína 20mg/g (2%), bisnaga com 30g de gel de uso uretral.	BISNAGA	750	6000	6750	R\$ 8,76	R\$ 59.130,00
134/ 33696	Loratadina 1 mg/mL, frasco com 100 mL de xarope.	FRASCO	300	17500	17800	R\$ 6,44	R\$ 114.632,00
135/ 11077	Loratadina 10 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1500	125000	126500	R\$ 0,26	R\$ 32.890,00
136/ 20622	Losartana 50 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	10000	200000 0	201000 0	R\$ 0,14	R\$ 281.400,00
137/ 15330	Maleato de enalapril 20 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	600	200000	200600	R\$ 0,13	R\$ 26.078,00
138/ 33594	Metformina 500 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	3000	175000 0	175300 0	R\$ 0,22	R\$ 385.660,00
139/ 20636	Metildopa 250 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	450	75000	75450	R\$ 1,08	R\$ 81.486,00
140/ 33602	Norepinefrina (Noradrenalina) 2 mg/mL, solução injetável com 4 mL.	AMPOLA	6000	0	6000	R\$ 3,70	R\$ 22.200,00
141/ 11071	Ocitocina 5 UI/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	9000	0	9000	R\$ 6,79	R\$ 61.110,00
142/ 10980	Omeprazol 20 mg, cápsula.	CÁPSULA	9000	750000	759000	R\$ 0,15	R\$ 113.850,00
143/ 33605	Omeprazol 40 mg, p� para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	9000	0	9000	R\$ 14,63	R\$ 131.670,00
144/ 33698	Paracetamol 500 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	2000	200000	202000	R\$ 0,16	R\$ 32.320,00
145/ 10961	Prednisolona 3mg/mL, frasco com 60 mL de solução de uso oral.	FRASCO	300	10000	10300	R\$ 11,73	R\$ 120.819,00
146/ 20659	Prednisona 20 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1050	125000	126050	R\$ 0,26	R\$ 32.773,00
147/ 10815	Prometazina 25 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	720	175000	175720	R\$ 0,26	R\$ 45.687,20
148/ 10767	Prometazina 25 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	1050	4500	5550	R\$ 5,25	R\$ 29.137,50
149/ 33613	Salbutamol, 100 mcg/dose, frasco spray com 200 doses de p� para inalação.	FRASCO	1250	5000	6250	R\$ 22,41	R\$ 140.062,50
150/ 33614	Salbutamol, 5 mg/mL, caixa com 1 frasco com 10 mL de solução para nebulização de uso nasal.	FRASCO	1250	87	1337	R\$ 24,27	R\$ 32.448,99



151/ 10788	Sinvastatina 20 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3000	112500 0	112800 0	R\$ 0,16	R\$ 180.480,00
152/ 33615	Sulfato de Magnésio 500 mg/mL (50%), solução injetável com 10 mL.	AMPOLA	3600	0	3600	R\$ 8,45	R\$ 30.420,00
LOTES RESERVADOS A AMPLA PARTICIPAÇÃO							
LOTE/ CÓD. GERENCIAL	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAN T. HMJEH	QUAN T. SESA	QUANT TOTAL	VALOR UNI- TÁRIO	V. TOTAL
153/ 26480	Ácido acetilsalicílico 100 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	3600	157500 0	157860 0	R\$ 0,05	R\$ 78.930,00
154/ 33531	Ácido Épsilon-Aminocaproico 50 mg/mL, solução injetável com 20 mL.	FRASCO - AMPOLA	2700	0	2700	R\$ 32,15	R\$ 86.805,00
155/ 33532	Albumina Humana 0,2 g/mL (20%), solução injetável com 50 mL.	FRASCO - AMPOLA	1350	0	1350	R\$ 269,93	R\$ 364.405,50
156/ 33533	Alfaporactanto 80 mg/mL, solução injetável com 1,5 mL.	FRASCO - AMPOLA	37	0	37	R\$ 1.698,46	R\$ 62.843,02
157/ 33618	Anlodipino 5 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	9000	225000 0	225900 0	R\$ 0,10	R\$ 225.900,00
158/ 10984	Bromoprida 5 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	27000	10800	37800	R\$ 2,08	R\$ 78.624,00
159/ 33714	Cetoprofeno 100 mg, pó para solução de uso intravenoso.	FRASCO - AMPOLA	30000	0	30000	R\$ 7,01	R\$ 210.300,00
160/ 17934	Cetoprofeno 50 mg/mL, solução injetável com 2 mL, de uso intramuscular.	AMPOLA	30000	37500	67500	R\$ 2,09	R\$ 141.075,00
161/ 15338	Clopidogrel 75 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	2250	75000	77250	R\$ 0,86	R\$ 66.435,00
162/ 33564	Cloreto de Sódio 3,5 g + Cloreto de Potássio 1,5 g + Citrato de Sódio 2,9 g + Glicose 20 g, envelope com 28,8 g de pó para solução de uso oral.	ENVELOPE	540	67500	68040	R\$ 1,67	R\$ 113.626,80
163/ 2264	Dexametasona 1 mg/mL (0,1%), creme de uso dermatológico, bisnaga com 10g.	BISNAGA	4500	37500	42000	R\$ 2,19	R\$ 91.980,00
164/ 11038	Dipirona 500 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	45000	45000	90000	R\$ 1,70	R\$ 153.000,00
165/ 17921	Dipirona 500 mg/mL, solução oral (gotas), frasco goteador com 20 mL.	FRASCO	4500	45000	49500	R\$ 4,47	R\$ 221.265,00
166/ 3280	Dipirona sódica 500 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	7500	240000 0	240750 0	R\$ 0,23	R\$ 553.725,00
167/ 18505	Enoxaparina sódica 40 mg seringas preenchidas com 0,4 mL de solução de uso subcutâneo.	SERINGA	18000	900	18900	R\$ 23,49	R\$ 443.961,00
168/ 18506	Enoxaparina sódica 60 mg seringas preenchidas com 0,6 mL de solução de uso subcutâneo.	SERINGA	9000	900	9900	R\$ 32,93	R\$ 326.007,00
169/ 33569	Escopolamina 4 mg/mL + Dipirona 500 mg/mL, solução injetável com 5 mL.	AMPOLA	18000	15000	33000	R\$ 3,02	R\$ 99.660,00
170/ 10967	Espironolactona 25 mg, comprimido.	COMPRIMIDO	1800	450000	451800	R\$ 0,48	R\$ 216.864,00
171/	Heparina sódica 5.000 UI,	AMPOLA	7500	0	7500	R\$ 12,40	R\$ 93.000,00



18507	solução subcutâneo com 0,25 mL.						
172/ 10703	Hidroclorotiazida 25 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	4500	300000 0	300450 0	R\$ 0,05	R\$ 150.225,00
173/ 33578	Hidrocortisona 100 mg, pó para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	10500	7500	18000	R\$ 5,14	R\$ 92.520,00
174/ 33579	Hidrocortisona 500 mg, pó para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	11250	7500	18750	R\$ 7,74	R\$ 145.125,00
175/ 33715	Imunoglobulina anti-D 150 mcg/mL (750 UI), solução injetável com 2 mL.	SERINGA	450	0	450	R\$ 321,84	R\$ 144.828,00
176/ 33582	Insulina NPH 100 UI/mL, solução injetável, frasco-ampola com 10 mL.	FRASCO - AMPOLA	450	6000	6450	R\$ 47,04	R\$ 303.408,00
177/ 33583	Insulina Regular 100 UI/mL, solução injetável, frasco-ampola com 10 mL.	FRASCO - AMPOLA	450	4500	4950	R\$ 46,13	R\$ 228.343,50
178/ 33592	Lidocaína 20mg/g (2%), bisnaga com 30g de gel de uso uretral.	BISNAGA	2250	18000	20250	R\$ 8,76	R\$ 177.390,00
179/ 33696	Loratadina 1 mg/mL, frasco com 100 mL de xarope.	FRASCO	900	52500	53400	R\$ 6,44	R\$ 343.896,00
180/ 11077	Loratadina 10 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	4500	375000	379500	R\$ 0,26	R\$ 98.670,00
181/ 20622	Losartana 50 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	30000	600000 0	603000 0	R\$ 0,14	R\$ 844.200,00
182/ 15330	Maleato de enalapril 20 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1800	600000	601800	R\$ 0,13	R\$ 78.234,00
183/ 33594	Metformina 500 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	9000	525000 0	525900 0	R\$ 0,22	R\$ 1.156.980,00
184/ 20636	Metildopa 250 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	1350	225000	226350	R\$ 1,08	R\$ 244.458,00
185/ 33602	Norepinefrina (Noradrenalina) 2 mg/mL, solução injetável com 4 mL.	AMPOLA	18000	0	18000	R\$ 3,70	R\$ 66.600,00
186/ 11071	Ocitocina 5 UI/mL, solução injetável com 1 mL.	AMPOLA	27000	0	27000	R\$ 6,79	R\$ 183.330,00
187/ 10980	Omeprazol 20 mg, cápsula.	CÁPSULA	27000	225000 0	227700 0	R\$ 0,15	R\$ 341.550,00
188/ 33605	Omeprazol 40 mg, pó para solução injetável.	FRASCO - AMPOLA	27000	0	27000	R\$ 14,63	R\$ 395.010,00
189/ 33698	Paracetamol 500 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	6000	600000	606000	R\$ 0,16	R\$ 96.960,00
190/ 10961	Prednisolona 3mg/mL, frasco com 60 mL de solução de uso oral.	FRASCO	900	30000	30900	R\$ 11,73	R\$ 362.457,00
191/ 20659	Prednisona 20 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	3150	375000	378150	R\$ 0,26	R\$ 98.319,00
192/ 10815	Prometazina 25 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	2160	525000	527160	R\$ 0,26	R\$ 137.061,60
193/ 10767	Prometazina 25 mg/mL, solução injetável com 2 mL.	AMPOLA	3150	13500	16650	R\$ 5,25	R\$ 87.412,50
194/ 33613	Salbutamol, 100 mcg/dose, frasco spray com 200 doses de pó para inalação.	FRASCO	3750	15000	18750	R\$ 22,41	R\$ 420.187,50
195/ 33614	Salbutamol, 5 mg/mL, caixa com 1 frasco com 10 mL de solução para nebulização de uso nasal.	FRASCO	3750	261	4011	R\$ 24,27	R\$ 97.346,97
196/ 10788	Sinvastatina 20 mg, comprimido.	COMPRIMI- DO	9000	337500 0	338400 0	R\$ 0,16	R\$ 541.440,00
197/ 33615	Sulfato de Magnésio 500	AMPOLA	10800	0	10800	R\$ 8,45	R\$ 91.260,00



	mg/mL (50%), solução in-jetável com 10 mL.						
--	--	--	--	--	--	--	--

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

2.1. A descrição da fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, conforme Decreto Municipal nº 4.870/24 e Decreto Municipal nº 4.892/24.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c' c/c e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação, anexado a este Termo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. Como se trata de aquisição de medicamentos, será exigido o comprovante de registro na ANVISA de acordo com a Lei nº 6.360/76 e Portaria Conjunta nº 1/96 ANVISA.

4.1.1. O Certificado de Registro do Produto cotado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro de Isenção dos itens cotados deverá encontrar-se dentro do prazo de validade, ou o número do protocolo do requerimento de revalidação com data antecedente a 06 (seis) meses da data do vencimento do registro;

4.1.2. A comprovação dos registros dos medicamentos na ANVISA deverá ser efetuada através de cópia da Publicação Diário Oficial da União-DOU ou cópia emitida eletronicamente através do sítio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

4.2. Os medicamentos devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA.

4.3. A embalagem secundária e/ou primária deverá estar grafada a expressão "PROIBIDA A VENDA AO COMÉRCIO".

4.4. Os medicamentos somente serão recebidos dentro do prazo de validade, devendo, quando da data da entrega, a sua data de fabricação não ser inferior a 80% do prazo de validade.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea 'e', da Lei nº 14.133/21)

5.1. Condições de entrega

5.1.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, a contar do recebimento da Ordem de Compra/Fornecimento ou instrumento equivalente a ser emitido pela administração, nos locais, horários e dias estabelecidos, conforme abaixo:

Hospital Municipal Dr. João Elísio De Holanda – Núcleo de Farmácia: Endereço: Rua João de Alencar, s/nº – Centro – Maracanaú-CE. Horário: Segunda-feira a Quinta-feira: 08:30h às 11:00h e das 13:30h às 15:00h. Sexta-feira: 08:30h às 13:00h. E-mail: farmaciacaf_hospital@maracanau.ce.gov.br/ farmaciacafhospital@gmail.com Telefone: (85) 3521-5541.
Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF: Endereço: Avenida III, 369 – Jereissati I – Maracanaú-CE. Horário: Segunda-feira a Quinta-feira: 08:30h às 11:00h e das 13:30h às 15:00h. Sexta-feira: 08:30h às 13:00h. E-mail: caf@maracanau.ce.gov.br Telefone: (85) 9.9781-2119.

5.1.2. O prazo de entrega dos medicamentos será de até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Compra/Fornecimento ou instrumento equivalente a ser emitido pela administração. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos



5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.1.4. Os medicamentos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo 80% do seu prazo total de validade ainda vigente na data da entrega. Em situações excepcionais, expressamente justificadas, poderá ser avaliada a entrega com prazos inferiores, desde que mediante o compromisso escrito do fornecedor de fazer a substituição de unidades que eventualmente vençam nos estoques dos serviços.

5.1.5. Todas as despesas com o carregamento, transporte, descarregamento e entrega correrão por conta da empresa contratada.

5.1.6. A contratante avaliará os medicamentos juntamente com o seu responsável técnico indicado, para verificar cada item de acordo com as especificações. Caso todos os itens estejam de acordo com as especificações, será assinado um termo atesto na nota fiscal.

5.2. Recebimento do objeto

5.2.1. Os medicamentos serão recebidos PROVISORIAMENTE, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta. Na entrega dos medicamentos deverá ser observado identificação da quantidade, do(s) lote(s), validade do(s) produto(s), condições de embalagem protetora, observação dos aspectos físicos dos produtos quanto possível (cor, odor, uniformidade, textura, integridade), presença de corpos estranhos.

5.2.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.2.3. O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal o, após a verificação da qualidade e quantidade do medicamento e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.2.4. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.2.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.2.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem desvios de qualidade (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais



resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

6.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/21).

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada neste subitem, através de crédito na conta bancária do fornecedor, acompanhado da seguinte documentação:

- I) Nota Fiscal discriminativa, em via única, devidamente autorizada pelo gestor do contrato (pague-se) e atestada por servidor(a) responsável pela liquidação;
- II) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III) Certidão Conjunta Negativa de Débito quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN), com abrangência inclusive as contribuições sociais;
- IV) CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- V) CND emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- VI) CND emitida pelo município domiciliado; e,
- VII) CND emitida pela Justiça Federal do Trabalho, emitida na forma da Lei nº 12.440/2011.

7.2. A fiscalização não efetuará o ateste do fornecimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021);

7.3. O fornecimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.4. O Termo Detalhado elaborado pelo fiscal administrativo deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;

7.5. Os medicamentos serão recebidos pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- I) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal administrativo no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual e a eventuais penalidades a serem aplicadas;
- II) Realizar a análise do relatório e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- III) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos medicamentos entregues, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- IV) Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- V) Enviar a documentação pertinente às Secretarias para a autorização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a fornecimento do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa do fornecimento do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Na proposta de preços deverão constar as especificações detalhadas do item, tipo e quantidade solicitada, o valor unitário e total, em moeda nacional, em algarismo e por extenso, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos, entrega, validade e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre itens objeto deste Termo de Referência e não podem ter a validade inferior a 90 (noventa) dias.

8.2. O licitante deverá fazer constar na sua proposta o lote e quantitativos discriminados, com a respectiva marca/laboratório/fabricante.

8.3. Após a fase de lances, o Agente de Contratação registrará no Chat da BLL, a data limite para envio do Certificado de Registro do Produto cotado na Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro de Isenção dos itens cotados dentro do prazo de validade, ou o número do protocolo do requerimento de revalidação com data antecedente a 06 (seis) meses



da data do vencimento do registro, constando todas as informações necessárias para avaliação técnica de acordo com o descritivo solicitado, que será de 01 (um) dia útil, excluído o dia de encerramento da etapa de lances da sessão pública, para o(s) licitante(s) classificado(s) em 1º lugar, os quais deverão ser anexados por meio de funcionalidade disponível no sistema da BLL (Documentos Complementares), sob pena de desclassificação.

8.3.1. Considerar-se-à DESCLASSIFICADA a empresa, que tiver o Certificado de Registro do produto cotado na Agência de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro da Isenção do produto cotado REPROVADO ou que NÃO APRESENTÁ-LO, ocasião em que a Agente de Contratação não levará em conta o preço eventualmente proposto pela licitante àquele item/lote, chamando o segundo colocado para apresentá-lo; e assim sucessivamente.

8.3.2. O Certificado de Registro do produto cotado na Agência de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro da Isenção dos produtos cotados acima citados, serão analisados pelo Sr. DIEGO VALENTIM DAMASCENO, Gerente do Núcleo de Farmácia, do HMJEH- Órgão Gerenciador, o qual emitirá laudo e remeterá à Comissão de Pregões.

8.3.3. Não haverá prorrogação do prazo para apresentação do Certificado de Registro do produto cotado na Agência de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, ou publicação no Diário Oficial da União, ou Registro da Isenção do produto cotado.

8.3.4. Divulgados os laudos sobre a análise dos documentos apresentados, a Agente de Contratação retomará os trabalhos.

8.4. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

c) Banco de Dados da Prefeitura Municipal de Maracanaú.

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas aos responsáveis pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Os licitantes, na descrição detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

8.6.1. A proposta deverá conter a quantidade do item licitado.

8.6.2. Marca do laboratório ou fabricante do item cotado.

8.6.3. Prazo de validade da proposta.

8.6.4. Prazo de entrega, observado o limite máximo deste Termo de Referência.

8.6.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga e quaisquer outras despesas para a entrada do objeto.

8.7. Da Qualificação Técnica:

Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) O licitante deverá apresentar pelo menos 01 (uma) declaração ou 01 (um) atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando que a empresa executou fornecimento dos produtos compatíveis em características, prazos e quantidades, com o item ao qual está concorrendo;

b) Os atestados, certidões ou declarações, contendo a identificação do signatário, deverão ser apresentados em papel timbrado da pessoa jurídica e devem indicar as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação;

c) Visando confirmar a veracidade das informações constantes do atestado, o Agente de contratação poderá realizar diligência requisitando documentos originais e/ou complementares destinados à instrução do processo.

e) Apresentação do Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual ou Municipal da SEDE ou do DOMICILIO DO LICITANTE, para exercer as atividades de comercialização dos produtos que podem ocasionar danos à saúde, dentro do prazo de validade, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, em nome da licitante.

8.8. Fiscal, Social e Trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- b) Certidão Conjunta Negativa de Débito quanto aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União (PGFN), com abrangência inclusive as contribuições sociais;
- c) CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- d) CND emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- e) CND emitida pelo município domiciliado; e,
- f) CND emitida pela Justiça Federal do Trabalho, emitida na forma da Lei Nº. 12.440/2011.
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou municipal.

8.9. Relativo à Habilitação Jurídica

- a) REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- b) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL microempendedor individual – MEI: Em se tratando de Certificado da Condição de Microempendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempendedor.gov.br.
- c) ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- d) INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples – exceto cooperativas – no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- e) DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO do sócio-gerente, diretor, titular ou qualquer outro representante da licitante com poderes para tanto, na forma da lei.
- g) CERTIDÃO ESPECÍFICA DOS ATOS REGISTRADOS expedida pela Junta Comercial, ou quaisquer outros documentos que comprovem as modificações societárias emitidas em datas não superior a 60 (sessenta) dias da data marcada para abertura da presente licitação, visando a comprovação da atual situação da licitante.

8.10. Da Qualificação Econômico Financeira

- a) Apresentar Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais respeitando a data limite de apresentação prevista em lei, considerando a abertura do certame, acompanhados pelos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário e Notas Explicativas, quando houver, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrado na competente Junta Comercial, e assinado por contador(es) registrado(s) no Conselho Regional de Contabilidade e pelo titular ou representante legal da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Apresentar Certidão Negativa de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) Prova de capital social ou patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

9. RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- 9.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, seguros, decorrentes do fornecimento, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Maracanaú;
- 9.2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante todo o processo do contrato, de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.3. Substituir às suas expensas, todo e qualquer item entregue em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até o fornecimento do objeto do contrato;
- 9.5. Responsabilizar-se pela fiel realização da entrega dos medicamentos no prazo estabelecido;
- 9.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do contrato.



10. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE.

- 10.1. Indicar o local em que deverão ser realizadas as entregas dos medicamentos;
- 10.2. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.3. Designar servidor (a) para a vistoria e fiscalização da recepção dos medicamentos.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021).

11.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 16.314.812,56 (dezesesseis milhões, trezentos e quatorze mil, oitocentos e doze reais e cinquenta e seis centavos), conforme pesquisa de preços realizada pela Central de Coleta e Auditoria de Preços – CCAP, aposta no Mapa de Cotação nº 149218090002 e demais documentos que lhe dão suporte.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

12.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, por se tratar de licitação para Registro de Preços.

13. DAS SANÇÕES

13.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do serviço/fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Maracanaú e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Maracanaú pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

13.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar o contrato dela decorrente quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo.

13.1.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do serviço/fornecimento de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da Ordem de Serviço/ Compra/Autorização de Fornecimento no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do serviço/fornecimento do objeto.

13.1.3. Será acrescido ao percentual acima, ainda 10% (dez por cento) sobre o valor do serviço/fornecimento, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do serviço/fornecimento do objeto requisitado.

13.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do serviço/fornecimento do objeto, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no Contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, alterada e consolidada, as seguintes penas:

- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

13.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus.

13.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.4. O fornecedor beneficiário do Contrato poderá ser sancionado quando:

- 13.4.1. descumprir as condições do Contrato;
- 13.4.2. não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



13.4.3. tiver presentes razões de interesse público.

13.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada à ampla defesa e o contraditório.

13.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa, nos termos do art. 157 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III da lei n. 14.133/2021)

14.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021;

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021);

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n. 14.133/2021.

16. DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n. 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n. 14.133/2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. O fornecimento dos medicamentos adquiridos poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE FORNECIMENTO, pelas Unidades Gestoras Interessadas, constando o fornecimento a serem realizados;

17.2. Os preços contratados não serão objetos de reajustes antes de decorridos 12 (doze) meses do registro ou da contratação, hipótese na qual poderá ser utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

18. FORO

O foro da Comarca de Maracanaú é o competente para dirimir questões decorrentes da execução da "ORDEM DE DESPESA", em obediência ao disposto no artigo 92 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterada e consolidada.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA FINAL CONSOLIDADA

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14.011/2025

OBJETO: Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de medicamentos gerais, de interesse da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde-Administração Central e Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda do Município de Maracanaú-Ce, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital.

LOTE XX							
CÓD. GEREN- CIAL	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ LABORATÓRIO/ FABRICANTE	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL/ GLOBAL R\$
VALOR TOTAL/GLOBAL						R\$	

VALOR TOTAL/GLOBAL DA PROPOSTA:(.....).

PRAZO DE ENTREGA:

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

DADOS BANCÁRIOS: BANCO....., AGÊNCIA E CONTA.....

DECLARAÇÃO DA LICITANTE:

-De que nos preços já deverão estar incluídas as remunerações, os encargos sociais, tributários, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, validade, custos e demais despesas que possam incidir sobre a contratação licitada, inclusive a margem de lucro;

-De que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

DATA,

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

OBS.: AO ELABORAR SUA PROPOSTA, O LICITANTE DEVERÁ OBSERVAR FIELMENTE O PRESCRITO NO ITEM "5" DO EDITAL, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Observação 1: Esta Proposta deverá ser anexada junto ao sistema da Bolsa de Licitações e Leilões – BLL, em PDF, sob pena de desclassificação.

Observação 2: ELABORAR PROPOSTA INDIVIDUALMENTE PARA CADA LOTE COTADO.

Observação 3: Deverá fazer parte integrante da Proposta (quando for o caso), relatório de Detalhamento da Composição de Custos diretos e indiretos e de formação de preços em relação aos componentes que implicam na formação do preço final, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



**ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO**

DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

- a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Maracanaú, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Maracanaú, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- c) sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação para participar no presente certame licitatório, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante dos anexos deste edital;
- d) sob as penalidades cabíveis, que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) sob as penalidades cabíveis, de inexistência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

_____ (CE), ____ de _____ 2025.

DECLARANTE



ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14.XXX/2025

VALIDADE: 1 (UM) ANO

DATA: ____/____/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.605.850/0001-62 e CGF nº 06.920264-8, com sede de sua Prefeitura Municipal no Palácio das Maracanãs, Rua Edson Queiroz, nº 270 – Centro, CEP 61.900-200, Maracanaú-CE, representado pela **SECRETARIA/HOSPITAL**, neste ato pelo respectivo Secretário Executivo e pela Diretora Geral, **Sr e Sr.ª**, na forma do disposto na Lei Municipal nº 1.955, de 01.02.13, c/c a Lei Municipal nº 986, de 07.01.05, doravante denominados, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14.XXX/2025**, bem como, a classificação das Propostas publicada no quadro de avisos da Comissão de Pregões da Prefeitura de Maracanaú, e a **respectiva homologação datada de**, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) signatária(s), na(s) quantidade(s) estimada(s) e máximas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por lote, atendendo às condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico tombado sob o nº 14.XXX/2025, sujeitando-se as partes às normas constantes do Decreto Municipal nº 4.829 de 02 de janeiro de 2024, da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata o **Registro de Preços visando futuras e eventuais aquisições de medicamentos gerais, de interesse da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde-Administração Central e Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda do Município de Maracanaú-Ce, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital**, do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 14.XXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir de sua publicação e vigorará **PELO PRAZO DE 1 (UM) ANO**, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Decreto Municipal nº 4.829, de 02 de janeiro de 2024 e da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.1. A resenha da Ata será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e na afixação do flanelógrafo da Comissão de Licitação, de acordo com o art. 130 da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Hospital do Município de Maracanaú, no seu aspecto operacional, bem como nas questões legais.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CADASTRO DE RESERVA

5.1. Os preços registrados, a especificação do objeto, o(s) quantitativo(s), marca(s), empresa(s) fornecedora(s) e representante(s) legal(is), encontram-se elencados nos ANEXOS II e III da presente Ata, em ordem de classificação das Propostas por lote.



5.2. Poderá ser incluído na presente Ata, na forma do ANEXO IV, o registro dos demais licitantes que aceitem registrar as suas propostas com preços iguais aos do adjudicatário, obedecida a ordem de classificação da licitação.

5.3. O registro que se refere a cláusula anterior tem por objetivo a formação do cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata.

5.4. A habilitação dos licitantes que comporão cadastro de reserva será efetuada quando houver a necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.

CLÁUSULA SEXTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

6.1. Os medicamentos do presente registro de preços quando eventualmente contratados, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus anexos, e na legislação pertinente, deverão ser entregues nos locais indicados na autorização de fornecimento.

6.2. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA: O prazo máximo de entrega dos medicamentos licitados, será de até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Compra/Fornecimento ou instrumento equivalente a ser emitido pela administração, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, no endereço, horários e dias, conforme abaixo:

Hospital Municipal Dr. João Elísio De Holanda – Núcleo de Farmácia: Endereço: Rua João de Alencar, s/nº – Centro – Maracanaú-CE. Horário: Segunda-feira a Quinta-feira: 08:30h às 11:00h e das 13:30h às 15:00h. Sexta-feira: 08:30h às 13:00h. E-mail: farmaciacaf_hospital@maracanau.ce.gov.br/ farmaciacafhospital@gmail.com Telefone: (85) 3521-5541.
Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF: Endereço: Avenida III, 369 – Jereissati I – Maracanaú-CE. Horário: Segunda-feira a Quinta-feira: 08:30h às 11:00h e das 13:30h às 15:00h. Sexta-feira: 08:30h às 13:00h. E-mail: caf@maracanau.ce.gov.br Telefone: (85) 9.9781-2119.

6.2.1- Os medicamentos somente serão recebidos dentro do prazo de validade, devendo, quando da data da entrega, a sua data de fabricação não ser inferior a 80% do prazo de validade

CLÁUSULA SÉTIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

7.1. Durante a vigência da Ata, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de que trata este Decreto poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os requisitos dispostos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. O órgão poderá aderir a item da Ata de Registro de Preços a qual é integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens pelos quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do caput desta cláusula.

7.1.2. Deverá ser justificada a necessidade e demonstrado o planejamento nas adesões entre os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Maracanaú.

7.2. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na Ata de Registro de Preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR e para os órgãos participantes.

7.3. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o ÓRGÃO GERENCIADOR e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.



7.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o ÓRGÃO GERENCIADOR e com os órgãos participantes.

7.5. Poderá ser solicitado ao órgão ou entidade referida no subitem 4.1 adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.6. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e as disposições do Decreto Municipal nº 4.829 de 02 de janeiro de 2024.

8.1.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

8.1.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizam a execução como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.3. Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; e,

8.1.4. Resultante de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

8.1.4.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA NONA – DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

9.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

9.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



9.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, edital e em normas aplicáveis.

9.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores do cadastro de reserva, caso exista, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.829, de 2024.

9.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o ÓRGÃO GERENCIADOR procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2 e no subitem 9.2.1, o ÓRGÃO GERENCIADOR atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.2.6. O ÓRGÃO GERENCIADOR comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

10.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

10.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O ÓRGÃO GERENCIADOR que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR entre os órgãos ou entidades participantes do procedimento licitatório ou da contratação direta para registro de preços.

10.5. Na hipótese de remanejamento de ÓRGÃO PARTICIPANTE para ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, serão observados os limites previstos nas cláusulas 7.2 e 7.3 da presente Ata.

10.6. Competirá ao ÓRGÃO GERENCIADOR autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CONTRATAÇÃO DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

11.1. A contratação com os fornecedores registrados na presente Ata será formalizada pelo órgão ou entidade por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O instrumento contratual que trata a cláusula anterior deverá ser assinada no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

11.3. Poderá ser firmado contratos concomitantes pelo mesmo órgão, desde que devidamente justificada a sua necessidade, podendo ser acrescidos a qualquer tempo na forma da Lei.

11.4. Este instrumento não obriga o MUNICÍPIO a firmar qualquer contratação, nem mesmo nas



quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para contratação dos objetos/execução dos serviços, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

12.1.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

12.1.1.1. O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

12.1.1.2. O fornecedor não assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.1.1.3. O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

12.1.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 12.1 será formalizado por despacho do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

12.3. Na hipótese de cancelamento do registro do Fornecedor, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

12.4. O cancelamento dos preços registrados deverá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

12.4.1. Por razão de interesse público;

12.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

12.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 19 e no § 4º do art. 20 do Decreto Municipal Nº 4.829, de 2024.

12.5. O fornecedor interessado no cancelamento deverá proceder da seguinte forma:

12.5.1. Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

12.6. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por quaisquer meios comprovados, o qual será juntado ao processo administrativo da presente Ata.

12.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por afixação do flanelógrafo da Comissão de Licitação, pelo menos uma vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

12.8. Não poderá haver cancelamento do registro enquanto pendente a entrega de Ordem de Compra já emitida.

12.9. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do lote.

12.10. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1. O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da entrega do objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e



contratar com o Município de Maracanaú e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Maracanaú pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

13.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

a) Recusar em celebrar a Ata de Registro de Preços ou o contrato dela decorrente quando regularmente convocado;

b) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

c) Não manter a proposta ou lance;

d) Fraudar na execução do contrato;

e) Comportar-se de modo inidôneo.

13.1.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega do objeto contratual solicitado, contados do recebimento da Ordem de Compra no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na entrega do objeto.

13.1.3. Será acrescido ao percentual acima, ainda 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do fornecimento do objeto requisitado.

13.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento do objeto, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, alterada e consolidada, as seguintes penas:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

13.3.1. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus.

13.3.2. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.4. O fornecedor beneficiário da Ata terá o registro de seu preço cancelado quando:

13.4.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

13.4.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

13.4.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

13.4.4. Tiver presentes razões de interesse público.

13.5. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada à ampla defesa e o contraditório.

13.5.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 5 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência e cancelamento do registro de preço;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Maracanaú e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Maracanaú pelo prazo de até 5 (cinco) anos.



13.6. A falta dos medicamentos não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a contratada das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato.

13.7. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços, caso exista, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.

13.8. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

13.9. O órgão participante deverá comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer das ocorrências previstas no item 13.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

14.2. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

14.2.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

14.2.2. Integram esta Ata os seus anexos, o Edital de Pregão Eletrônico que lhe deu origem e seus anexos, e as propostas das empresas classificadas por lote.

14.2.3. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

14.3. O contratante se reserva o direito de fazer uso de qualquer das prerrogativas dispostas no art. 82 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. O foro da Comarca de Maracanaú é o competente para dirimir questões decorrentes da presente Ata, em obediência ao disposto no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

Assim pactuadas, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preços, na presença de 02 (duas) testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Maracanaú-CE, ____ de ____ de 2025.

<SECRETÁRIO>
SECRETARIA
GERENCIADOR(A) DA ARP

<NOME DA EMPRESA>
<NOME DO REPRESENTANTE>
DETENTOR(A) DA ARP

TESTEMUNHAS:

1. _____



2. _____
ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2025

RELAÇÃO DA(S) UNIDADE(S) ORÇAMENTÁRIA(S) INTERESSADA(S)

1490. SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETÁRIO EXECUTIVO:

1492. HOSPITAL MUNICIPAL DR. JOÃO ELÍSIO DE HOLANDA
DIRETORA GERAL:

ANEXO II À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2025

RELAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(ES) COM PREÇOS REGISTRADOS

01. RAZÃO SOCIAL:
CNPJ Nº
ENDEREÇO:
TELEFONE:
REPRESENTANTE:
E-MAIL:
RG Nº
CPF Nº
BANCO:
AGÊNCIA Nº
CONTA CORRENTE Nº

ANEXO III À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2025

**REGISTRO DE PREÇO(S) UNITÁRIO(S)
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTITATIVO, MARCA/FABRICANTE/LABORATÓRIO E EMPRESA
FORNECEDORA**

DATA: __/__/__

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº/2025, celebrada entre o MUNICÍPIO DE MARACANAÚ e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por lote, em face à realização do Pregão Eletrônico nº/2025.

LOTE XX -
ESPECIFICAÇÃO:
FORNECEDOR:

QUANTIDADE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO

REPRESENTANTE LEGAL:

[RELACIONAR TODOS OS ITENS/LOTES DO PREGÃO]



ANEXO IV À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2025

CADASTRO DE RESERVA
(De acordo com a Lei nº 14.133/2021)

EMPRESA:
CNPJ Nº:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
ENDEREÇO ELETRÔNICO:

LOTE							
CÓD.	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ LABORATÓRIO/ FABRICANTE	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL/ GLOBAL R\$
VALOR TOTAL/GLOBAL						R\$	

Obs.: Só se beneficiarão deste Registro de Preços no caso de exclusão do primeiro colocado, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.



ANEXO V

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº

CONTRATANTES:

O MUNICÍPIO DE MARACANAÚ-CE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.605.850/0001-62 e CGF nº 06.920264-8, com sede de sua Prefeitura Municipal no Palácio das Maracanãs, Rua Edson Queiroz, nº 270, Centro, CEP 61.900-200, Maracanaú-CE, **representado pela SECRETARIA/HOSPITAL**, neste ato pelo respectivo Secretário Executivo e Diretora Geral, Sr e Sr^a....., doravante denominado(a) **CONTRATANTES**, e de outro lado, a **EMPRESA**, pessoa jurídica de direito privado, sediada à RUA/AV....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por seu representante legal Sr./Sra., portador do RG Nº..... e CPF Nº....., doravante denominada **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1-Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico tombado sob o nº...../2025, sujeitando-se as partes às normas constantes dos arts. 89, 90, 91 e 92 da Lei nº 14.133, de 2021 e suas alterações posteriores, do edital e seus anexos e da Ata de Registro de Preços nº/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1-Objeto do presente contrato destina-se a **aquisições de medicamentos gerais, de interesse da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde-Administração Central e Hospital Municipal Dr. João Elísio de Holanda do Município de Maracanaú-Ce, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital**, bem como proposta da contratada, edital e seus anexos do processo licitatório Pregão Eletrônico nº...../2025 e Ata de Registro de Preços nº/2025, independentemente de transcrição, e conforme especificação abaixo:

LOTE.....							
CÓD.	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/ LABORATÓRIO/ FABRICANTE	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
VALOR GLOBAL							

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REPACTUAÇÃO

3.1-O presente contrato tem o valor global de R\$ (.....), a ser pago mediante liquidação do objeto efetivamente entregues no período respectivo, segundo as Ordens de Compra/Autorização de Fornecimento expedidas de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo setor competente do Órgão Gestor acompanhadas das Certidões Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e de Débito Trabalhistas, todas atualizadas.

3.1.1-No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega dos medicamentos, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, garantia e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.1.2-O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

3.1.3-Por ocasião da entrega dos medicamentos o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal



de Maracanaú-CE, com endereço no Palácio das Maracanãs, Rua Edson Queiroz, nº 270 – Centro, CEP 61.900-200, inscrito no CNPJ sob o nº 07.605.850/0001-62 e CGF nº 06.920264-8.

3.2-O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a contar da entrega dos medicamentos, após adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste contrato, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor.

3.2.1-Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigida na licitação.

3.2.2-É vedada a realização de pagamento antes da execução dos medicamentos ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

3.2.3-Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

3.2.4-Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta "ON-LINE" às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

3.2.5-Constatada a situação de irregularidade junto à fazenda pública, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

3.2.6-Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3-Os preços contratados através do presente instrumento não serão objeto de reajuste antes de decorrido 1 (um) ano da sua publicação, hipótese na qual poderá ser utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

3.3.1-Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice equivalente que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

3.3.1.1- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.3.2-O reajuste será concedido mediante simples apostilamento, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.3.3-Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.3.4-A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço nas entregas dos objetos que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem entregues fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.

3.4-Para o pagamento pela Administração será observado a ordem diferenciada de recurso, podendo ser alterada mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle externo da Administração e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, exclusivamente nas situações previstas no art. 141 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5-Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do Contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

3.5.1-Fica estabelecido o prazo de até 30 (trinta) dias para apreciação aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos valores contratados.

3.5.2-Os preços contratados que sofrerem reajuste/reequilíbrio não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, podendo alterar, se for o caso, a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do contrato.

3.5.3-Caso o preço contratado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço contratado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

3.5.4-Fracassada a negociação com o primeiro colocado o MUNICÍPIO convocará as demais



empresas com preços ofertados para o lote, se for o caso, ou ainda os fornecedores classificados, respeitado as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, para redução do preço; hipótese em que poderão ocorrer alterações na ordem de classificação das empresas com preço ofertado.

3.5.5-Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços ofertados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Central de Coleta e Auditoria de Preços - CCAP do município de Maracanaú.

3.6-Poderá ser restabelecida a repactuação como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

3.6.1-Fica estabelecido o prazo de até 30 (trinta) dias para apreciação aos pedidos de repactuação financeiro dos valores contratados.

3.7-O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso injustificados, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, aplicar-se-á o índice do IPCA *pro rata die*, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

3.7.1-Ficam ressalvadas da regra prevista acima os casos de ocorrência de caso fortuito e força maior.

3.7.2-O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança com anuência da contratante, caso haja adiantamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO

4.1-O objeto do presente contrato, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus anexos, e na legislação pertinente, deverão ser entregues no local indicado abaixo ou, em outros casos, na autorização de fornecimento.

4.2-O prazo máximo de entrega dos medicamentos licitados, será de até 10 (dez) dias contados da data de recebimento da Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente a ser emitido pela administração, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no endereço, horários e dias, conforme abaixo:

Hospital Municipal Dr. João Elísio De Holanda – Núcleo de Farmácia: Endereço: Rua João de Alencar, s/nº – Centro – Maracanaú-CE. Horário: Segunda-feira a Quinta-feira: 08:30h às 11:00h e das 13:30h às 15:00h. Sexta-feira: 08:30h às 13:00h. E-mail: farmaciacaf_hospital@maracanau.ce.gov.br/ farmaciacafhospital@gmail.com Telefone: (85) 3521-5541.
Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF: Endereço: Avenida III, 369 – Jereissati I – Maracanaú-CE. Horário: Segunda-feira a Quinta-feira: 08:30h às 11:00h e das 13:30h às 15:00h. Sexta-feira: 08:30h às 13:00h. E-mail: caf@maracanau.ce.gov.br Telefone: (85) 9.9781-2119.

4.3-A Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolvê-la ao Município no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do seu recebimento.

4.4-Se o fornecedor com preço contratado em primeiro lugar recusar-se a assinar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento, sem prejuízo das respectivas sanções aplicáveis, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado, na forma do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1-O presente Instrumento produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua publicação nos



meios oficiais da Prefeitura de Maracanaú, Ceará na forma do art.130 da Lei Orgânica do Município c/c art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021 e vigorará xxxxxxxxxxxx, podendo ser prorrogado na forma dos arts. 105 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, e suas alterações posteriores.

5.2-O contrato admite prorrogação, desde que necessariamente justificada por escrito e previamente autorizada pelo contratante, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3-O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

5.4-Enquanto perdurar o impedimento a CONTRATANTE se reserva o direito de contratar o fornecimento dos medicamentos com outro fornecedor, desde que respeitadas as condições desta licitação, não cabendo direito à CONTRATADA de formular qualquer reivindicação, pleito ou reclamação.

5.5-Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado, os quais serão analisados e julgados pela contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1-As despesas deste contrato correrão por conta das Dotações Orçamentárias a seguir indicadas, consignadas no Orçamento da Unidade Gestora para o respectivo exercício financeiro e as serem consignadas nos orçamentos dos exercícios subsequentes:

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1-A contratada ficará obrigada às condições fixadas no instrumento convocatório, na Ata de Registro de Preços e seus Anexos, nas Ordens de Compra/Autorização de Fornecimento e na legislação pertinente.

7.2-O fornecimento dos itens contratados neste instrumento será efetuado através de Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, emitida pela contratante, contendo: o nº da Ata, o nº do Contrato ou congêneres, razão social da empresa, o objeto, a especificação, marca, quantidades, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

7.3-Os termos desse contrato decorrentes da Ata de Registro de Preços serão tratados de forma autônoma e se submeterão igualmente a todas as disposições constantes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, inclusive quanto às prorrogações, alterações e rescisões.

CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES

8.1-As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e suas alterações posteriores e demais normas pertinentes à execução contratual.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1-São obrigações da contratada, além das demais previstas no Edital, Termo de Referência, Ata de Registro de Preços e seus anexos:

a) executar o fornecimento dos medicamentos contratados no prazo estabelecido, dentro dos padrões estabelecidos pela CONTRATANTE, de acordo com o especificado no instrumento convocatório, Ata de Registro de Preços, que fazem parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todas as despesas, diretas ou indiretas, todos os impostos, taxas, encargos, seguros, garantia e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento, bem como as despesas com o carregamento, transporte, descarregamento e entrega;

c) entregar os medicamentos na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA;



- d) na embalagem secundária e/ou primária deverá estar grafada a expressão "PROIBIDA A VENDA AO COMÉRCIO";
- e) entregar os medicamentos com prazo de validade de no mínimo 80% do seu prazo total de validade ainda vigente na data da entrega;
- f) substituir no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, os itens que estiverem em desacordo com as especificações constantes no termo de referência;
- g) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- h) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- i) aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, na forma estabelecida no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, e suas alterações posteriores;
- j) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- k) dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CONTRATANTE, no tocante ao fornecimento dos medicamentos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- l) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- m) comunicar imediatamente a CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para recebimento de correspondência;
- n) possibilitar a CONTRATANTE efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- o) garantir a qualidade de cada unidade fornecida, obrigando-se a substituir aquelas que estiverem danificadas em razão de transporte, descarga ou outra situação que não possa ser imputada à Administração;
- p) manter seus empregados, quando nas dependências do CONTRATANTE, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;
- q) arcar com as despesas com embalagem, seguro, transporte dos medicamentos até o(s) local(is) de entrega;
- r) informar nas embalagens de transporte dos medicamentos, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: marca/laboratório/fabricante, quantidades e o nome da fornecedora/fabricante;
- s) manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, que será observado, quando dos pagamentos à Contratada;
- t) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- u) disponibilizar, a qualquer tempo, toda documentação referente ao pagamento dos tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários relacionados com o objeto do contrato;
- v) comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- w) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- x) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.2-São responsabilidades da Contratada ainda:

- a) toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a CONTRATANTE de qualquer solidariedade ou responsabilidade.
- b) toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta a CONTRATANTE por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do fornecimento, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas a CONTRATANTE, que ficará, de pleno direito,



autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

9.2.1-A Contratada autoriza a CONTRATANTE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

9.2.2-A ausência ou omissão da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas neste contrato.

9.3- Todos os medicamentos deverão ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitida, em hipótese alguma, a entrega dos mesmos reutilizados, recondicionados e fora do prazo de validade.

9.4-A falta de quaisquer dos medicamentos cujo fornecimento incumbe a Contratada, poderá, excepcionalmente, plenamente justificada e comprovada, ser alegada como motivo de força maior para o atraso, no caso de má execução ou inexecução do objeto deste contrato, não eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas a serem apurados em processo administrativo específico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

10.1-A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) indicar o local e horários em que deverão ser entregues os objetos;
- b) permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;
- c) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
- d) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- e) notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- f) acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- g) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados/contratados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- h) comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- i) aplicar a Contratada as sanções previstas na Lei e neste contrato;
- j) cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- k) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- l) a Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- m) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuações feitos pela Contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias;
- n) notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.2-A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1-Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2-A Contratada será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), de acordo com o constante no art. 125 Lei nº 14.133, de 2021.

11.3-As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de



antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, na forma do art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4-Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1-O licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento do fornecimento do objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução do fornecimento, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Maracanaú e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Maracanaú pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

12.1.1-Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação no caso de:

- a) recusar em celebrar o contrato dela decorrente quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não manter a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo.

12.1.2-Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do fornecimento de qualquer objeto contratual solicitado, contados do recebimento da Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento no endereço constante do cadastro ou da Ata, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor da compra, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução do fornecimento do objeto.

12.1.3-Será acrescido ao percentual acima, ainda 10% (dez por cento) sobre o valor da compra, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do fornecimento do objeto requisitado.

12.2-Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento do objeto, às atividades da Administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, no Contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, alterada e consolidada, as seguintes penas:

12.2.1-advertência;

12.2.2-multa;

12.2.3-impedimento de licitar e contratar;

12.2.4-declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3-O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

12.3.1-Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus.

12.3.2-Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do licitante, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

12.4-O fornecedor beneficiário do Contrato poderá ser sancionado quando:

12.4.1-descumprir as condições do Contrato;

12.4.2-não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

12.4.3-tiver presentes razões de interesse público.

12.5-PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada à ampla defesa e o contraditório.



12.5.1-No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa, nos termos do art. 157 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1-A rescisão deste Contrato ocorrerá nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2-Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

13.3-A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

13.4-Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, poderá ser esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão.

13.5-A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

13.6-O Contrato será rescindido caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau na forma do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1-O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1-Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2-A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.1.2.1-Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.2-O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.2.1-Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.2.2-Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.2.3-Indenizações e multas.

14.3-A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1-A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por Representante da CONTRATANTE, por ela designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1-A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar partes deste contrato sem a expressa autorização da Administração.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1-Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, preceitos do direito público e supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do direito privado e demais normas federais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1-A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.2-O presente Contrato tem seus termos e sua execução vinculada ao edital de licitação, à proposta licitatória e a Ata de Registro de Preços quando for o caso.

18.3-A CONTRATADA, na vigência do Contrato, será a única responsável perante terceiros pelos atos praticados por seu pessoal, eximidos a CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações.

18.4-A publicação do presente termo deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na Imprensa Oficial, se for o caso, na Transparência Pública e na forma prevista no art. 130 da Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1-O foro da Comarca de Maracanaú é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste contrato, em obediência ao disposto no § 1º do art. 92 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores.

Assim pactuadas, as partes firmam o presente Instrumento, lavrado na Procuradoria Geral do Município, perante testemunhas que também o assinam, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos.

Maracanaú-CE, ____ de _____ de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

<SECRETARIA>
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

EMPRESA
CNPJ Nº XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL
CPF Nº XXXXXXXXX E RG Nº XXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____